



# A Monocultura do eucalipto no Brasil

Relatório das consequências sócio-ambientais





Este relatório é um trabalho feito pela brigada de solidariedade “Voz Alta” do Comitê Norueguês de Solidariedade com América Latina, LAG Noruega, no outono de 2015. O relatório foi escrito em norueguês, para um público na Noruega, e foi lançado em março de 2016. Agora o informe é traduzido, com algumas adaptações para a versão em Português.

**Brigada de solidariedade, LAG Noruega “Voz Alta”:**

Espen Iversen  
Håvard Søndena  
Jostein Førland  
Lina Bøe  
Marianne Hvattum Løken  
Mathilde Breda Enkerud  
Silje Strøm  
Stine Andreassen Rud  
Stine Linnerud Jespersen  
Synnøve Rykkel  
Vilde Gjerde Lied

**Colaboradores para o relatório:**

Axel Nærstad  
Lars Løvold  
Winfridus Overbeek  
Gert Nygårdshaug

**Fotos:**

Fabio Nascimento  
LAG

**Tradução:**

Ingrid Fadnes

**Revisão:**

Pedro Henrique Leal  
Deise Nunes  
Winfridus Overbeek

**Layout:**

Astrid Fadnes  
Stine Andreassen Rud

Este relatório é publicado sob a licença COPYLEFT. Ou seja, qualquer pessoa pode copiar, distribuir e utilizar este texto, desde que se faça referência à fonte e que o conteúdo não seja usado comercialmente.

## Agradecimentos

Queremos agradecer a todas as pessoas e organizações, as companheiras e aos companheiros no Brasil, que fizeram esse trabalho possível: Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por receber a nossa brigada em 2015 e trabalhar com muita paciência conosco, ao Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do extremo sul da Bahia (CEPEDES) por disponibilizar informações, ao Povo Pataxó nas aldeias Mucugê e Nova Esperança por receber nossa brigada e compartilhar sua luta e história, ao povo Tupinambá na Serra do Padeiro, ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ao Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e, aos Quilombos que lutam pela terra no estado da Bahia. Também queremos agradecer a Escola Nacional Florestan Fernandes do movimento MST. Durante quatro semanas a escola acolheu a nossa brigada compartilhando experiências e conhecimento sobre a questão agrária, sistema político, econômica política e o trabalho da agroecologia.

Um agradecimento especial ao MST no extremo sul da Bahia. Foi ali onde conseguimos entender os impactos graves do monocultivo do eucalipto. O MST no extremo sul da Bahia recebeu e acolheu a brigada “voz Alta” durante 3 meses, primeiro na Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, e depois nos assentamento e ocupações de: Jequitiba, José Marti, Margarida Alves, Merrival do Ferreira, Edite Xavier, Lulão, Bela Manhã, Cruz do Ouro, União, Avaci Silva, Bela Vista, 25 anos, Paulo Freire, Antonio Araujo, Milton Santos, Rosa do Prado, Adão Preto, Plínio Arrada.

Agradecemos infinitamente a todas as companheiras e a todos os companheiros do MST no extremo sul da Bahia.

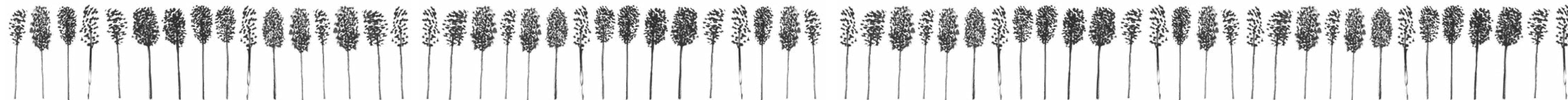
Também agradecemos a todas as pessoas na Noruega que contribuíram para a redação deste relatório.

O relatório foi traduzido para o português com a intenção de compartilhar a informação que sistematizamos depois de vários meses na região do extremo sul da Bahia. Sabemos que para muitas pessoas no Brasil, essa informação já é conhecida e debatida, mas achamos que compartilhando as nossas reflexões e mostrar como trabalhamos ao retornar a Noruega, forma parte do nosso compromisso na luta. Qualquer erro dentro do informe é nossa responsabilidade (LAG Noruega). Oslo, janeiro 2018.

## Conteúdo do relatório

- 2 Agradecimentos
- 4 Resumo
- 5 Introdução
- 6 Glossário de termos
- 7 Mais do que um cheiro e um sabor doce...
  
- O eucalipto no Brasil**
- 9 Uma historia de crescimento
- 12 As empresas de celulose
- 13 Um outro mundo é possível – e necessário!
- 18 Uma questão de terra
- 21 A Fibria ciminaliza quilombolas
- 22 A floresta perdida
- 24 A Mata Atlântica: bela, ameaçada e importante
- 26 As plantações destroem a natureza
- 29 Agrotóxico
- 31 A aprovação do eucalipto geneticamente modificado, GMO
- 34 Desenvolvimento – para quem?
- 36 Armazenamento de carbono nas plantações de eucalipto
- 37 A Fibria no Espírito Santo, e as violações da Convenção 169 da OIT
- 39 Green Resources Moçambique - Mais promessas falsas!
  
- 44 **A Noruega e o eucalipto**
- 45 Sugestões para o consumidor na Noruega
- 46 O papel do governo e o Fundo do Petróleo
- 49 Danos ambientais associados à conversão de florestas tropicais
- 50 A contribuição a danos ambientais
  
- 52 Epilogo e Tribunal Popular
- 55 O comitê norueguês em solidariedade com a América Latina, LAG Noruega





## Resumo

Este relatório, escrito pelo Comitê Norueguês em Solidariedade com América Latina (LAG Noruega), pretende analisar os impactos da indústria do eucalipto no Brasil. A Noruega, através do Fundo do Petróleo, possui parte das empresas de celulose no Brasil como a Fibria, a Suzano, e a joint venture Veracel, através da Stora Enso como acionista indiretamente. Todas estas empresas estão envolvidas em operações antiéticas e ambientalmente destrutivas na região do extremo sul da Bahia. As plantações de eucalipto impedem a distribuição equitativa da terra e invadem áreas de indígenas, quilombolas e de pequenos agricultores. As plantações destroem a mata atlântica, provocando a extinção e impedindo a regeneração de uma biodiversidade importante. Além disso, as monoculturas levam à escassez de água, queimadas, à propagação de pesticidas tóxicos, ao desemprego e à pobreza. Foi um Norueguês, Erling Lorentzen, quem começou, em 1972, com a produção de celulose no Brasil com a empresa Aracruz Celulose (hoje Fibria). A Aracruz foi vendida em 2008 para Votorantim Industrial (VID). Noruega ainda está envolvido no setor de celulose no Brasil através dos investimentos do Fundo do Petróleo da Noruega. Noruega tem ações nas três empresas acima mencionadas. Hoje, o eucalipto na região produz celulose para papel fino, usado por exemplo, para a produção de papel higiênico ou papel de embrulho. A indústria baseada no cultivo do eucalipto está causando sérios danos ambientais, violando os direitos humanos e os direitos dos povos indígenas. Exigimos que se retire o dinheiro do Fundo do Petróleo das empresas Fibria, Suzano e Veracel. Convidamos os leitores e a população em geral a boicotar os produtos de eucalipto e a assinar a campanha para que o Fundo do Petróleo retire os investimentos deste setor. Acreditamos que os investimentos no eucalipto na região do extremo sul da Bahia é um exemplo claro de como o sistema capitalista cria uma dinâmica e lógica onde os recursos naturais, os trabalhadores e a terra, podem ser explorados para gerar lucros para poucos. É necessário levar essas questões para o debate público e acreditamos que através da análise de exemplos concretos poderemos abrir caminhos para um debate mais profundo.

O presente documento foi lançado na Noruega, em norueguês, no dia 18 de abril 2016. O texto foi pensado para um público leitor norueguês, mas achamos importante traduzi-lo e divulgá-lo no Brasil, onde está a resistência diária contra o agronegócio.

**1 Joint venture:** Empreendimento conjunto. É um modelo estratégico de parceria comercial ou aliança entre empresas visando desde uma simples colaboração para fins comerciais e/ou tecnológicos até a fusão de sociedades em uma única empresa, não implicando em perda da identidade e individualidade como pessoa jurídica das participantes. Fonte: Wikipedia < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Empreendimento\\_conjunto](https://pt.wikipedia.org/wiki/Empreendimento_conjunto)>. Acessado em 28 de novembro de 2017.

## Introdução

Como você se sentiria se o papel que você está segurando fosse responsável por graves danos ambientais e violações dos direitos humanos?

Parte do papel que usamos todos os dias é proveniente de uma indústria que não respeita as pessoas ou o meio ambiente. O papel é feito de celulose, que muitas vezes vem de árvores de eucalipto cultivadas em grandes plantações, algumas delas localizadas no estado da Bahia, no Brasil. O objetivo deste relatório é informar sobre as implicações que essa indústria traz para as comunidades que vivem perto das plantações e fábricas.

A indústria de celulose de eucalipto no Brasil tem um norueguês como um dos seus pioneiros. Na Noruega, ainda existem enormes investimentos que apoiam essa indústria através do Fundo Estatal de Pensões (em norueguês: Statens pensjonsfond utland), também chamado Fundo do Petróleo.

Plantações de eucalipto estão causando grandes danos ambientais e destruindo a base de subsistência das pessoas que vivem da terra onde o eucalipto é plantado. O Estado de bem-estar social norueguês é construído sobre lucros gerados a partir da destruição da biodiversidade e qualidade de vida de pessoas em todo o mundo.

Queremos que os moradores da região sejam ouvidos; queremos iniciar um debate público, onde o eucalipto esteja na ordem do dia e almejamos que todos os investimentos noruegueses na indústria de eucalipto sejam cancelados. Este relatório começa esse trabalho e queremos convidar pessoas, organizações, instituições e movimentos a participar no debate.





# Glossário de termos

- Extremo Sul da Bahia:** É a parte mais ao sul do estado da Bahia, localizado na região Nordeste do Brasil, na fronteira com o estado do Espírito Santo.
- Eucalipto:** Gênero de plantas com flor da família *Myrtaceae*, que agrupa as espécies conhecidas pelo nome comum de eucalipto, naturalmente originárias da Austrália. A árvore cresce muito rápido e é adaptável a condições de seca extrema, sendo, assim, ideal para a produção de celulose.
- Celulose:** É o material orgânico mais comum na natureza. É extraído de árvores e utilizado por exemplo, na produção de papel.
- Biodiversidade:** É a variedade de espécies de plantas e animais em um determinado tipo de ambiente.
- Mata Atlântica:** São florestas virgens que originalmente cobriam áreas costeiras do Brasil. É constituída por vários tipos de florestas, incluindo florestas tropicais, subtropicais e estacionais. É extremamente rica em espécies vegetais e animais e foi declarada patrimônio nacional.
- Monocultura:** É uma grande área de terra dedicada ao cultivo de uma só espécie. A monocultura está ligada a atividades industriais
- Plantação:** É uma grande área de terra, muitas vezes em áreas tropicais, onde uma determinada espécie é plantada em larga escala com uma finalidade econômica.
- Quilombola:** É uma sociedade em que vivem descendentes de pessoas que fugiram da escravidão e se agruparam em comunidades chamadas de quilombo. Hoje tem mais que 2000 no Brasil e muitos são ameaçados pela expansão do agronegócio, mineração e projetos de infraestrutura.
- Povos indígenas:** São os povos originários que viviam em um território antes da chegada dos europeus e da constituição de colônias. Também chamados de povos nativos.
- MST:** Movimento organizado no Brasil que luta pela justa distribuição de terra baixo o lema que a terra é de quem a trabalha. MST luta em contra do agronegócio, o uso dos agrotóxicos, e a acumulação de terra de pessoas privadas e empresas.
- O Fundo Estatal de Pensões:** Também chamado de «Oljefondet» (Fundo do Petróleo): Fundo controlado pelo governo norueguês, administrado pelo Norges Bank (Banco Central da Noruega) e pertencente ao povo da Noruega. O objetivo deste fundo é investir parte dos lucros gerados pela extração do petróleo no país. Estimado em novembro de 2017 em mais de 800 bilhões de euros, o Fundo do Petróleo tem investimentos em mais de 9000 empresas no mundo.
- (em norueguês: Statens pensjonsfond utland)

# Mais do que um cheiro e um sabor

Doze coisas que você provavelmente não sabia sobre o eucalipto.

1

O gênero de plantas eucalipto consiste em mais de 700 espécies diferentes, das quais apenas algumas ocorrem naturalmente fora da Austrália. O eucalipto é uma parte importante da dieta dos coalas.

2

Existem monoculturas de eucalipto em vários países, sobretudo no Brasil, Argentina, Chile, EUA, Portugal, Itália, Espanha, África do Sul, Moçambique, Uganda, Malauí, República do Congo e em alguns países asiáticos

3

No estado da Bahia, a madeira de eucalipto é utilizada principalmente na extração de celulose e na produção de carvão vegetal. A celulose constitui a matéria-prima utilizada na produção de têxteis artificiais e papel. O carvão vegetal é usado como combustível e na produção de ferro. A árvore também é usada em projetos de armazenamento de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>).

4

A Noruega tem fortes laços históricos com as plantações de eucalipto no Brasil. O norueguês Erling Lorentzen (1923 - ) - ligado à família real norueguesa por ter sido casado com a Princesa Ragnhild (1930 – 2012), irmã do atual monarca, o Rei Harald V - estabeleceu em 1972 a Ara-cruz Celulose no Brasil. Lorentzen vendeu a empresa em 2008 para a Votorantim, com apoio fundamental do governo brasileiro. Um ano depois, a Aracruz mudou seu nome para Fibria. Hoje, a Fibria é a maior produtora mundial de celulose branqueada<sup>2</sup>

5

O Fundo do Petróleo investiu, em 2015, 239 milhões NOK (coroas Norueguesas) equivalente a 27 milhões de USD na empresa Fibria, e 172 milhões NOK equivalente a 20 milhões de USD na empresa Suzano. Além disso, o Fundo investiu 3,1 bilhões NOK equivalente a 359 milhões de USD na empresa Stora Enso, que detém a gigante da celulose Veracel<sup>3</sup>. Todas as empresas têm plantações de eucalipto no Brasil e na região extremo sul da Bahia.

6

Existem mais que 700 variedades de eucalipto, quase todas originárias da Austrália. Eucalipto foi trazido para o Brasil na virada do século 19. No Brasil o eucalipto é principalmente usado para monocultivos (celulose e carvão). O tipo de eucalipto usado nas plantações no Brasil, cresce rápido (de 6 a 8 anos, e agora só com apenas 3 a 4 anos com eucalipto geneticamente modificado).

7

O eucalipto pode secar o solo. Devido ao alto consumo de água, usa-se eucalipto para combater a malária, drenando os pântanos onde vive o mosquito. O Instituto Brasileira de Floresta afirma no seu artigo "mitos e

verdades do eucalipto", que o eucalipto não seca o solo. Isso é verdade, mas quando o eucalipto é plantado em grandes extensões, com uma produtividade alta, seca o solo. Isso é uma verdade, e não apenas um mito. É importante ter isso claro no debate. O Eucalipto não é o nosso inimigo, o sistema de produção, que não considera as consequências das monoculturas em grande extensão, é.

8

A Mata Atlântica ao longo da costa brasileira é um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo. Nela vivem uma média de 450 espécies diferentes por hectare. É a maior biodiversidade do mundo. Quase 60% das espécies ameaçadas no Brasil vivem na Mata Atlântica<sup>4</sup>. Antes a floresta tinha uma cobertura de 36% do território da Bahia, enquanto hoje abrange apenas 7%. A mata é também o lar de uma série de povos originários. A monocultura do eucalipto é uma das razões do desaparecimento da floresta<sup>5</sup> e representa uma ameaça permanente.

9

As plantações de eucalipto utilizam grandes quantidades de agrotóxicos que poluem o solo, água e ar. A pulverização utilizada inclui a sulfuramida e o glifosato. Este último é patenteado como produto da Monsanto Round-Up, e seu uso é debatido em muitos países, e por exemplo França trabalha para proibir o produto. Comprovou-se que a empresa de celulose Veracel aplicou glifosato em áreas de preservação permanente<sup>6</sup>.

10

Está provado que a Veracel plantou eucalipto ilegalmente em 1645 hectares de terras pertencentes ao povo Pataxó, embora os Pataxós acreditem que esse número é de 30.000 hectares<sup>7</sup>. Os povos que originalmente viviam no extremo sul da Bahia foram expulsos das suas terras e atualmente lutam para retomar seu território.

11

Os óleos presentes nas folhas da árvore de eucalipto são altamente inflamáveis e na Austrália, a planta faz parte de um ecossistema baseado no fogo natural, onde sementes de árvores germinam em cinzas. No entanto, quando eucalipto é cultivada em plantações, e se houver condições favoráveis (pouca chuva e muito sol), os incêndios são frequentes e devastadores para os moradores e os ecossistemas locais.

12

O Brasil é o primeiro país do mundo a aprovar o plantio de eucalipto transgênico para fins comerciais. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTN-Bio) aprovou a liberação do eucalipto geneticamente modificado da FuturaGene, empresa de biotecnologia da Suzano Papel e Celulose no abril 2015.

2: Souza & Overbeek, Responsible for socio-environmental violations: Veracel Celulose, a company owned by Stora Enso and Aracruz Celulose, p. 31, 3 Norges Bank Investment Management, «Beholdninger», 4 Hance «Brazil's Atlantic Forest (Mata Atlântica)», 5 Souza, «As transnacionais», 6 Souza & Overbeek, Responsible for socio-environmental violations: Veracel Celulose, a company owned by Stora Enso and Aracruz Celulose, p. 38. 7 Ibid., p. 42



“Estamos na terra onde tudo começou, onde ocorreu o primeiro encontro entre o homem branco e o indígena. Hoje não podemos mais aceitar o que isso trouxe consigo. Não podemos mais aceitar as plantações de eucalipto. Que secam os nossos rios, que secam nossas fontes de água, e que eles pulverizem veneno no chão onde nossos filhos brincam. Precisamos de ajuda para remover este negócio, esse negócio que faz que a nossa terra fique com sede. Queremos que sejam devolvidas nossas terras - agora. Queremos que você traga nossa palavra para o seu país na Europa.”

Cacique Uburatan Silva de Oliveira, comunidade Mucugê do povo Pataxó

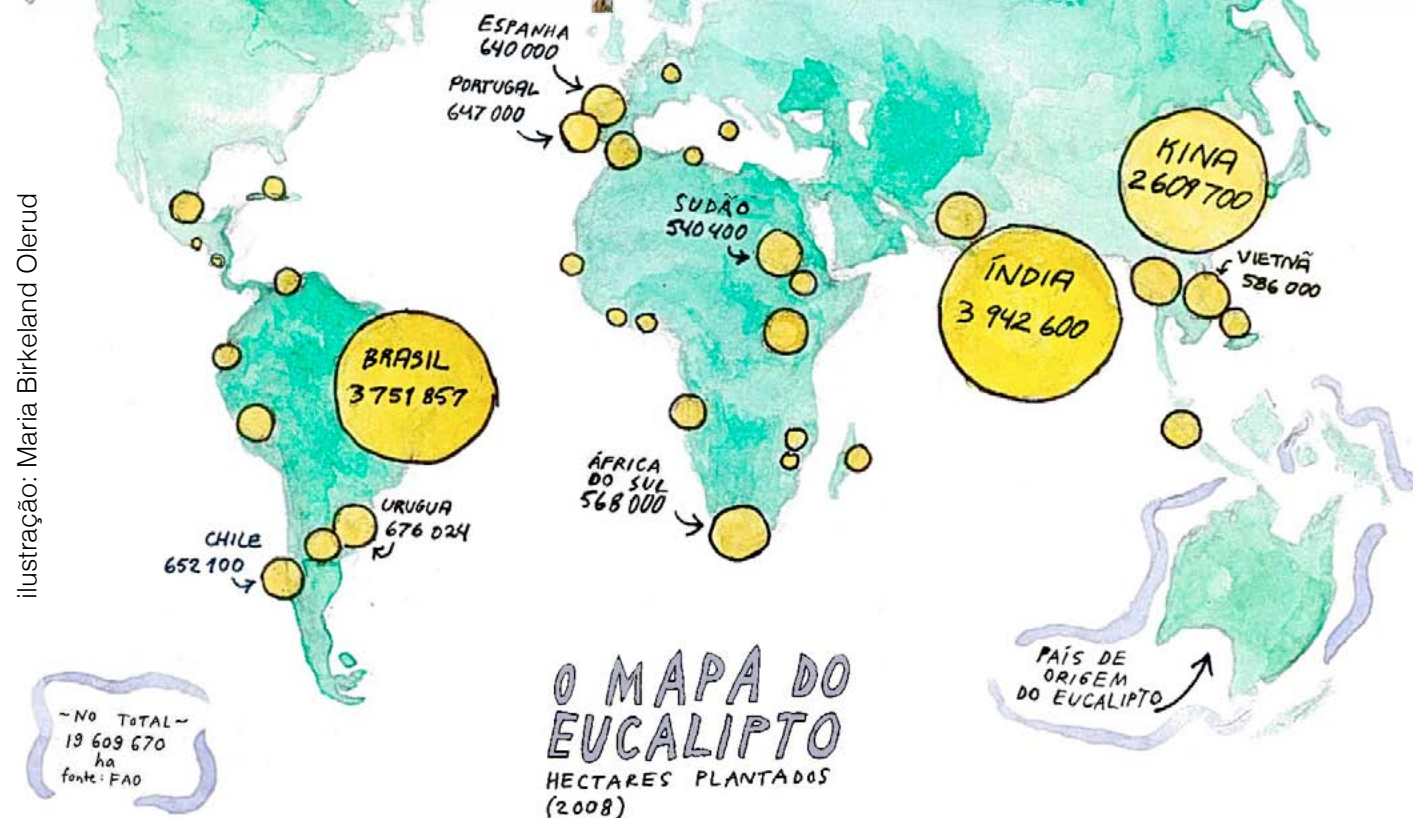


“Havia muitos gringos no país, cortaram a selva e construíram enormes plantações de banana, fizeram buracos nas montanhas procurando ouro, ou perfuraram para petróleo. Tinha uma recompensa por índio que queria estar em paz.”

“Por vários dias eles podiam atravessar as plantações de banana onde Mino não conseguia encontrar nenhuma borboleta. Durante uma semana eles seguiram um rio cheio de rejeitos dos grandes campos de ouro que comiam as colinas. Dois meses tardou atravessar o país onde era mais estreito, era um país grande, era uma terra em ruínas.”

Mengele Zoo (1989) é o primeiro livro de uma trilogia sobre o menino “Mino” escrito pelo norueguês Gert Nygårdshaug. A Trilogia trata de imperialismo, conflitos entre o norte e o sul, e meio-ambiente.

# O eucalipto no Brasil



## Uma história de crescimento

O extremo sul do estado da Bahia faz parte da chamada “Costa do Descobrimento”. Foi aqui que os conquistadores portugueses há mais de 500 anos pisaram pela primeira vez em solo brasileiro. A partir de uma perspectiva europeia, é aqui que a história do Brasil começa. Para as milhões de pessoas que já viviam ali, este foi o início de 500 anos de opressão, de exploração dos recursos naturais e do trabalho. Os portugueses se apropriaram de grandes áreas de terra e começaram a trazer, à força, pessoas da África que, escravizadas, passaram a trabalhar na colônia.

Desde a chegada dos portugueses, a região tem passado por grandes mudanças. Anteriormente, 36% da Bahia era coberta pela Mata Atlântica. Hoje quase toda a floresta desapareceu. Apenas 7% ainda permanece, sob perigo

de extinção permanente<sup>8</sup>. A maior parte da terra é agora usada pela agroindústria. Olhando para a paisagem na região do extremo sul da Bahia, vê-se grandes extensões de pastagem, assim como plantações de açúcar e café, mas o que caracteriza a paisagem no extremo sul da Bahia hoje são as intermináveis plantações com eucalipto.

### O surgimento da indústria de celulose a base de eucalipto

Em 1960 e 1970 as plantações de eucalipto para fins industriais teve um enorme impulso, parcialmente financiado pelo Estado brasileiro através do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES. Na época, o Brasil era uma ditadura militar e o BNDES financiou projetos que proporcionaram um crescimento da economia<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Souza, «As transnacionais»

<sup>9</sup> Overbeek et al., An overview of industrial tree plantations in the global south, p. 46.



O próprio eucalipto causou um grande desmatamento, primeiro nos anos 1960 e 1970 no Espírito Santo e mais tarde, nos anos 1980, na Bahia. As empresas construíram uma narrativa que as plantações eram “reflorestamento” e isso permitiu que as empresas de eucalipto conseguissem construir uma indústria, usando o argumento de reflorestamento para cultivar plantações de árvores devido à forma como a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO, na sigla em inglês) define uma floresta, apenas como um conjunto de árvores.

FAO tem como objetivo assegurar a produção de alimentos nutritivos suficientes para uma vida saudável<sup>10</sup> em todo o mundo. A organização foi, de acordo com o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, responsável pela grande expansão do eucalipto como “reflorestamento”, por incluir plantações de árvores na sua definição de floresta, que tem uma enorme influência servindo de base para as definições de floresta da grande maioria dos países no mundo. Em outras palavras, as monoculturas de eucalipto foram legitimadas pela ONU. A FAO também promoveu ativamente as plantações de árvores como parte do pacote da revolução verde, cujo principal objetivo seria aumentar a produção de alimentos com um uso de variedades chamadas “melhoradas” demandando um uso intensivo de insumos químicos, supostamente para erradicar a fome no mundo<sup>11</sup>. Considerando que o eucalipto é usado principalmente para a extração de celulose visando a produção de papel, é absurdo que a ONU através da FAO incentiva plantações de monocultivos de eucalipto como “reflorestamento” ao mesmo tempo que a mesma instituição quer erradicar fome no mundo. Nenhum ser vivo, mesmo morrendo de fome, pode comer celulose ou papel. Num mundo cada vez mais preocupado com as consequências da crise climática e também do desmatamento, os plantios de árvores são considerados uma iniciativa climática importante e continuam sendo promovidas como “reflorestamento” por iniciativas internacionais como o Desafio de Bonn e AFR100<sup>12</sup>. A arborização na forma de plantações de eucalipto recebe grande apoio de um setor do movimento ambientalista. Ao mesmo tempo, deve-se perguntar se uma plantação pode substituir a diversidade e a riqueza de recursos de uma floresta nativa.



### Brasil é o maior produtor do mundo

O Brasil é atualmente o maior produtor e exportador de celulose feita de eucalipto. Cerca de seis milhões de hectares de eucalipto são plantados em solo brasileiro<sup>13</sup>. Plantações de árvores de diversas espécies (eucalipto e pino), no Brasil se estendem por uma área maior do que a Bélgica e a Holanda juntas<sup>14</sup>. De todas os tipos de madeira encontrados nessas plantações, 65% são de árvores de eucalipto<sup>15</sup>. As áreas de árvores plantadas no Brasil estão localizadas, principalmente, em Minas Gerais (24%), em São Paulo (17%) e no Mato Grosso do Sul (15%). Nos últimos cinco anos, o crescimento da área de eucalipto foi de 2,4%, principalmente no estado do Mato Grosso do Sul onde a Fibria, em 2017, inaugurou uma das maiores fábricas de celulose do mundo (Três Lagoas).

A Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA) argumenta que o eucalipto e as plantações de árvores são uma grande fonte de riqueza e desenvolvimento social<sup>16</sup>. Nosso trabalho de campo mostra, no entanto, que a riqueza e desenvolvimento não beneficiam a população local. Muitas pessoas que viveram da agricultura familiar por gerações se vêm expulsas pelos grandes proprietários ou empresas. Muitos pequenos camponeses que querem começar com agricultura familiar não têm acesso a terra, e se ganhar terra,

encontram um solo pobre em nutrientes depois de anos de degradação pelas monocultivos a ganadeiros. Nós fizemos uma visita na região do extremo sul da Bahia, más vemos que as mesmas questões e conflitos das monocultivos, e especificamente o eucalipto, se reproduz em tudo território Brasileiro, e vemos com preocupação o crescimento do eucalipto no Mato Grosso do Sul, onde os povos Guaraní-Kaiowá, os Terena e os Sem Terra, lutam pelo direito de viver nas suas terras tradicionais, e na terra onde podem produzir alimentos.

<sup>10</sup> FN-sambandet, «FNs organisasjon for ernæring og landbruk (FAO)».

<sup>11</sup> World Rainforest Movement, Plantations are not forests, p. 30.

<sup>12</sup> <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/algumas-das-principais-iniciativas-para-expandir-os-mono-cultivos-de-arvores-na-america-latina-na-africa-e-na-asia/>

<sup>13</sup> [http://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA\\_RelatorioAnual2017.pdf](http://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA_RelatorioAnual2017.pdf)

<sup>14</sup> Corporate Watch, «The new trend of biomass plantations in Brazil: tree monocultures»

<sup>15</sup> Silvestre & Rodriguez, Eucalyptus/Aracruz cellulose and human rights violations. .

<sup>16</sup> BRACELPA, «Eucalyptus».



# As empresas de celulose

A empresa Aracruz Celulose foi fundada pelo norueguês Erling Lorentzen, quem começou com plantações de eucalipto alguns anos depois da sua chegada no Brasil na década de 1960. Lorentzen vendeu suas ações na empresa em 2008.

Em 2009, Aracruz mudou de nome para Fibria, depois que o proprietário parcial da Aracruz, a produtora de celulose brasileira Votorantim Celulose e Papel, comprou as ações de Lorentzen. Hoje, a Fibria, é a maior produtora mundial de celulose de eucalipto. A empresa tem fábricas nos estados do Espírito Santo, São Paulo e em Mato Grosso do Sul encontra-se uma das maiores unidades de produção de celulose do mundo.

No município de Eunápolis no extremo sul da Bahia, Fibria forma um joint venture juntamente com a empresa sueco-finlandesa Stora Enso, com a empresa Veracel Celulose. Os coproprietários possuem 50% cada um. Após a sua criação em 1998, adquiriu-se cada vez mais terra na região e criou uma fábrica no município de Eunápolis.

Stora Enso é um dos maiores grupos do setor florestal do mundo, e um resultado da fusão da Stora (Suécia) e Enso (finlandês) em 1998.

A empresa brasileira Suzano é um dos maiores produtores mundiais de celulose de eucalipto e pasta de papel. A principal fábrica da empresa está localizada em Mucuri no extremo sul da Bahia.

O Fundo do Petróleo da Noruega possui ações em todas estas empresas.

Empresa	Área total, ha	Área floresta plantada, ha	Estados
Aracruz/Fibria		846 000 <sup>17</sup>	Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro
Suzano Papel e Celulose	897 000	460 000 <sup>18</sup>	Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Tocantins, Maranhão
Veracel Celulose	211 000	90 000 <sup>19</sup>	Bahia

<sup>17</sup> Fibria, A New Look to the Future, p. 28. <sup>18</sup> Suzano, «Unidade de Negócio Florestal»

<sup>19</sup> Veracel, Sustainability Report, p. 5.

Empresa	Investimento (Coroas norueguesas)	Participação
Aracruz/Fibria	239 729 407	0,37 %
Suzano Papel e Celulose	172 834 543	0,37 %
Stora Enso	3 174 056 766	4,99 %



fonte: <https://www.nbim.no/no/fondet/beholdningene?fullsize=true> (2015)

# Um outro mundo é possível - e necessário!

"A história humana chegou agora a um ponto onde mudanças políticas fundamentais têm sido inevitáveis. Há mais de um bilhão de pessoas que atualmente não podem obter a satisfação de ter atendidas suas necessidades básicas. Nossos filhos e netos, e a própria terra gritam por uma revolução. Deve haver uma mudança. Sabemos que temos uma oportunidade para remover a ameaça, turbulência e conflitos que de outra forma, seria inevitável".

Com essas palavras, a então primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, abriu a grande Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida no Brasil como ECO 92. Ela havia liderado os preparativos para a conferência da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, ou a Comissão Brundtland, como muitas vezes é chamada. Havia grandes expectativas, tanto antes como após a conferência. Eu estava entre os milhares de ativistas presentes na conferência. Muitos de nós duvidavam que as grandes palavras seriam transformadas em política na prática. O discurso vigoroso de Brundtland deveria ser revisitado. A necessidade de uma mudança drástica na política e de medidas para deter as mudanças climáticas e outros danos ambientais, da erradicação da fome e da pobreza extrema é ainda maior agora do que quando Gro Harlem Brundtland fez seu pronunciamento 25 anos atrás.

As 80 pessoas mais ricas do mundo detêm uma fortuna igual as 3,5 bilhões de pessoas mais pobres do mundo"

## 500 anos de opressão e resistência

Os maiores problemas no mundo de hoje têm raízes profundas na nossa história. O Brasil é um bom exemplo disso. A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, remete à conquista Portuguesa em 1500 e como a sua política colonial deu terra para os seus súditos obedientes, particularmente oficiais do exército de ocupação Portugêses.

Apesar das ocupações de terra e da reforma agrária após o fim da ditadura militar em 1985, hoje, cerca de 1% da população possui aproximadamente 45% de toda a terra no Brasil, enquanto há cerca de 5 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Em 2000, houve grandes eventos oficiais em todo o Brasil para "celebrar" os 500 anos desde que os primeiros Portugueses chegaram ao Brasil. Eu estava presente quando o MST teve sua manifestação principal, 3000 pequenos agricultores e sem terra se reuniram em Porto Seguro, na Bahia, onde os conquistadores portugueses pisaram a terra pela primeira vez. O lema do MST na sua manifestação era: "500 anos de opressão e resistência". Isso não vale apenas para o Brasil, mas o país é, em

muitos aspectos, um mundo em miniatura - no melhor e no pior sentidos: riqueza e pobreza extremas convivem lado a lado, grandes empresas têm enorme poder econômico e político, e os movimentos sociais são fortes. Brasil tem uma grande

sector e poder no agronegócio que prejudica o meio ambiente, e que é orientada para a exportação. No mesmo tempo o Brasil tem a agricultura de pequena escala, camponesa, que produz a maior parte dos alimentos no país. No Brasil tem grandes danos ambientais e opressão dos povos indígenas, mas ao mesmo tempo tem muitos exemplos pioneiros de preservação da floresta e na garantia constitucional dos direitos dos povos indígenas. Em muitos aspectos, o Brasil é conhecido como um país esquizofrênico - num mundo esquizofrênico.

## Uma situação inaceitável

É completamente inaceitável e desnecessário que quase a metade da população do mundo viva na pobreza e que cerca de 800 milhões de pessoas passem fome. As 80 pessoas mais ricas do mundo detêm uma fortuna igual em valor total ao dinheiro que têm as 3,5 bilhões



de pessoas mais pobres do mundo, então não deve haver qualquer dúvida de que é urgente e possível fazer uma redistribuição da riqueza para reduzir a pobreza. A produção de alimentos no mundo é suficiente para que todas as pessoas possam comer o suficiente. No entanto, cerca de 20.000 pessoas morrem todos os dias de fome e causas relacionadas com a fome, mais da metade das quais, são crianças menores de 5 anos. Se mais países tivessem almejado programas como o Brasil para reduzir a fome, os números teriam sido muito mais baixos. O programa “Fome Zero”, do Brasil, um programa criado em 2003, pelo do governo federal brasileiro, durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, consiste em refeições escolares gratuitas, na aquisição de alimentos de agricultores locais e apoio econômico para famílias pobres se as mulheres grávidas fazem exames de saúde e as crianças vão para a escola. A fome não foi erradicada, mas o número de famintos caiu de 22,8 milhões de pessoas em 1992 para 13,6 milhões em 2012, e a desnutrição entre as crianças diminuiu em 73%.

O movimento internacional camponeses, La Via Campesina, lançou o princípio da soberania alimentar em 1996. Isso significa que todos os países devem ter o direito de decidir sua própria política de alimentação e agricultura sustentável, desde que não destrua o mesmo direito para os outros, como por exemplo com a prática de vender alimentação altamente subsidiados a outros países destruindo a agricultura local. Soberania alimentar também significa o direito a terra para os pequenos agricultores (a terra é de quem a trabalha), e significa garantir a biodiversidade e a organi-

zação dos camponeses tem que ser reconhecida e respeitada.

Vinte e cinco anos depois da assinatura da Convenção do Clima no Rio, vemos as consequências do não cumprimento desta pelas autoridades ao redor do mundo. Há cerca de 25 milhões de refugiados no mundo por causa de problemas ambientais - a maioria devido as mudanças climáticas. A base da vida de milhões de pessoas está sendo destruída porque não se coloca em ação as medidas para deter as mudanças climáticas: deixar urgentemente o petróleo, o carvão mineral e gás natural debaixo do solo. Todos os governos sabem que isso deve ser feito. Conhecimento e tecnologia existem, mas as grandes palavras sobre como parar a mudança climática não são transformadas em políticas práticas.

### Elementos positivos no desenvolvimento do mundo, mas...

Felizmente, há muito de positivo acontecendo no mundo. Embora existam muitas pessoas que passam fome hoje, a proporção dessa população em relação à população mundial foi drasticamente reduzida. Em 1950, uma em cada três pessoas no mundo passava fome. Agora, uma em cada sete pessoas está em situação de fome. A mortalidade infantil foi drasticamente reduzida ao longo dos últimos 25 anos. O número de crianças com menos de cinco anos que morrem foi reduzido em 50% desde 1990, mas ainda morrem mais de 3 milhões de crianças todos os anos. Nunca antes tantas pessoas tiveram acesso à educação e aprenderam a ler e escrever, mas de acordo com a UNESCO, existem 16 milhões de meninas e 8 milhões de meninos no mundo que

nunca vão conseguir começar a escola.

Além disso, quando se trata de problemas ambientais que o mundo enfrenta hoje, podemos listar alguns aspectos positivos. Houve um rápido desenvolvimento tecnológico das energias renováveis, embora que as energias renováveis não sempre são positivas. Depende para quem a energia é produzida, e depende como e onde essa energia é produzida. Petróleo e carvão podem ser rapidamente eliminados como fontes de energia - caso os governos simplesmente se decidam por isso. A agricultura industrial, ambientalmente destrutiva, não é necessária para produzir alimentos em quantidade suficiente. É bem documentado que as formas agroecológicas e outros tipos de agricultura, verdadeiramente sustentáveis, podem produzir comida saudável e suficiente para uma população mundial crescente. Mas as autoridades norueguesas abrem cada vez mais novos campos de exploração de petróleo e incentivam que a produção de carne e de peixe na Noruega seja à base da soja produzida em formas não sustentáveis no Brasil, em vez de se usar o pasto e os recursos próprios do oceano. Infelizmente a Noruega não é exceção. Há uma enorme diferença entre o que é necessário fazer para deter as mudanças climáticas e um desenvolvimento sustentável, e o que os governos ao redor do mundo fazem na prática.

### Com fome de comércio?

Uma faca pode tanto ser útil como perigosa. Ela pode ser usada para cortar pão e também para matar. O comércio internacional também pode ser visto assim. Todos os países precisam e dependem do comércio internacional, mas ele também pode ser prejudicial - para o meio ambiente e diretamente aos seres hu-

**A luta para o clima e os recursos da terra é agora!"**

manos. Os agricultores pobres nos países em desenvolvimento precisam competir em seus mercados locais com as importações altamente subsidiadas de produtos provenientes de países ricos. A importação de frango da União Europeia para Camarões aumentou em 300% entre 1999 e 2003, e 92% dos produtores de frango em Camarões tiveram que abandonar a atividade. Em torno da virada do milênio, os agricultores em Gana perderam 40% do mercado de tomates por conta das importações baratas da UE. No Haiti, aumentou a importação de arroz dos Estados Unidos de 15 000 toneladas em 1980, para 350.000 toneladas em 2004 e devido à prática de *dumping*<sup>20</sup>, impossibilitou-se a produção local. O presidente Bill Clinton se desculpou mais tarde pelo *dumping* do arroz exportado para o Haiti.

Os regulamentos da Organização Mundial do Comércio foram negociados nos anos 1986-1994. Foi o auge do mercado liberalista. O colapso da União Soviética e a queda do Muro de Berlim deixaram sua

forte marca no debate político. Líderes conservadores neoliberais como o Ronald Reagan nos EUA e a Margareth Thatcher na Grã-Bretanha, desempenharam um papel central na vida política internacional. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, FMI, empurraram os países em desenvolvimento a seguir o “consenso de Washington”<sup>21</sup>. Tudo ia ser comércio no mercado internacional e a intenção era promover uma política onde os estados deveriam governar o menos possível. As grandes empresas podiam correr soltas.

Após o Acordo da OMC, que entrou em vigor em 1995, os EUA e a UE têm tentado acrescentar princípios neoliberais em novas aplicações, mas foram parados pela resistência de muitos países, principalmente da América Latina, África e Ásia. No lugar de respeitar a



**ORGÂNICO:** O MST vende bananas orgânicas no mercado em Porto Seguro, Bahia, todas as semanas.

<sup>20</sup> Dumping é uma prática comercial que consiste em uma ou mais empresas de um país venderem seus produtos, mercadorias ou serviços por preços extraordinariamente abaixo de seu valor justo para outro país (preço que geralmente se considera menor do que se cobra pelo produto dentro do país exportador), por um tempo, visando prejudicar e eliminar os fabricantes de produtos similares concorrentes no local, passando então a dominar o mercado e impondo preços altos. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dumping> Acessado em 2. de dezembro de 2017.

<sup>21</sup> Consenso de Washington é uma conjugação de grandes medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso\\_de\\_Washington](https://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington)



oposição dos países em desenvolvimento, agora negociasse fora da OMC, de forma bilateral e também para um acordo sobre a liberalização do comércio internacional de serviços - TISA. A Noruega também está envolvida nessas negociações. Ao mesmo tempo os Estados Unidos e a UE negociam sobre um acordo de livre comércio entre eles, TTIP, e os Estados Unidos negociam um acordo de livre comércio com os países asiáticos, TPP.

Podemos encontrar reminiscências do colonialismo na sua forma original em grandes partes do mundo, tanto na cultura como na economia. As novas formas de dominação e opressão, por grandes empresas e nações economicamente mais fortes, adotam mecanismos diferentes em comparação com o colonialismo há 500 anos atrás. Diz-se mesmo que devemos estar felizes porque há um fim à escravidão, exploração mais grotesca que o colonialismo implicou. Mas os desafios não são menores hoje do que há 500 anos. Em muitos aspectos são ainda maiores. O grande desafio é se a terra vai ser habitável para os seres humanos em algumas centenas de anos. A luta por justiça climática e os recursos da terra sob o controle do povo e não das trans-nacionais é agora!

### Um outro mundo é possível

Em janeiro de 2001 eu cheguei em Porto Alegre, no Brasil, poucos dias antes do primeiro Fórum Social Mundial. Os organizadores estavam animados. Batalhas políticas difíceis com as autoridades regionais e nacionais tinham sido necessárias para organizar o fórum. “Se não vierem de três a quatro mil pessoas, haverá uma crise para nós”, disse-me um dos muitos voluntários que trabalharam para o evento, dois dias antes do fórum começar. O evento contou com 12000 pessoas! Um fantástico estado de espírito e otimismo pairava no ar.

Poucos meses após o primeiro Fórum Social Mundial vieram os ataques terroristas em Washington - 11 setembro de 2001, realizados pela Al-Qaeda. O presidente George Bush lançou uma ofensiva global contra os terroristas,

mas não apenas contra eles. “Ou você é contra os terroristas ou é contra os Estados Unidos”, foi sua mensagem, e ele bateu com força na mídia. Jornais em muitas partes do mundo escreveram que o movimento alternativo estava morto. A tensão era grande antes do segundo Fórum Social Mundial em Porto Alegre em janeiro de 2002, quatro meses depois do ataque terrorista. Chegaram 60 mil pessoas de 123 países! Um editorial do New York Times falou sobre os movimentos alternativos reunidos em Porto Alegre como a segunda superpotência do mundo.

No outono de 2000, um ano antes do primeiro Fórum Social Mundial, eu estava organizando uma conferência em Oslo, Noruega; “Poder do mercado ou governo democrático?” Foi um sucesso, com 700 pessoas presentes. Poucos meses depois, estávamos cinco Noruegueses no primeiro Fórum Social Mundial no Brasil. Um

dia, nos reunimos e concordamos em acompanhar o sucesso da conferência em Oslo e torná-la um arranjo permanente, vinculado ao movimento global alternativo. O Fórum Social da Noruega e a Conferência de globalização

(Globaliseringskonferansen) nasceu durante esses dias no Brasil.

O Fórum Social Mundial é ainda um ponto de encontro e uma arena política importante, agora organizado a cada dois anos. Também foram formados fóruns regionais e nacionais que desempenham um papel importante na mobilização política. Muitas coisas positivas aconteceram, mas as grandes mudanças na política, que são necessárias para criar um mundo sustentável e equitativo, não aconteceram.

### As metas de sustentabilidade podem ser uma ferramenta importante

Em setembro de 2015, a Assembleia Geral da ONU adotou as metas de desenvolvimento sustentável a serem alcançadas até 2030 - com 17 metas e 169 objetivos no âmbito dessas. Não há falta de boas intenções e boas metas. A pobreza, em todas as suas formas,

deve ser erradicada em todos os lugares. A fome deve ser erradicada, metas de segurança alimentar e nutrição devem ser alcançadas e a agricultura sustentável deve ser promovida. A igualdade de gênero deve ser alcançada e as mulheres e meninas devem ser empoderadas. Estas são medidas imediatas para combater as mudanças climáticas e os efeitos delas. Estas são apenas quatro das 17 metas de sustentabilidade.

É muito bom que as metas de sustentabilidade tenham sido adotadas! Isso pressiona os políticos a fazer algo sobre os problemas mais graves do mundo. Organizações e vários movimentos populares têm agora uma ferramenta importante para fortalecer os esforços e para iniciar políticas que conduzam ou contribuam para todas as questões que os objetivos de sustentabilidade abordam. Mas ouvimos tudo isso antes. Na conferência Rio 92, há 25 anos, quando a então primeira-ministra Gro Harlem Brundtland disse as palavras citadas no início deste texto, a Convenção do Clima e a Convenção da Biodiversidade foram adotadas. Elas devem ajudar a parar as mudanças climáticas e a redução da biodiversidade. No entanto, as emissões de gases de efeito estufa só continuou a aumentar. Milhões de pessoas são afetadas, especialmente os pobres em áreas rurais em países em desenvolvimento. E a biodiversidade, da qual depende a produção de alimentos para o futuro, continua a diminuir. Aproximadamente 75% da biodiversidade na agricultura no mundo se perdeu durante os últimos 80 anos!

É necessário tanto mudanças políticas como iniciativas concretas para atingir as metas de sustentabilidade. Deve haver muita atenção

nos próximos anos. O que é necessário para parar as mudanças climáticas? Que temos que fazer para apoiar os agricultores pobres nos países em desenvolvimento - que como sabemos é a forma mais eficaz de combater a pobreza?

Para acompanhar as ações das autoridades em todo o mundo para implementar as metas, é importante criar mecanismos e sistemas em que a maioria das pessoas, sindicatos, organizações de agricultores, de mulheres, de solidariedade, ambientais, e outras tenha acesso a informações e participe ativamente nos processos de acompanhamento subsequentes. As organizações deverão se unir para fazer sugestões de como esses mecanismos de acompanhamento devem ser realizados. Infelizmente os gritos de revolução não são suficientemente fortes, nem os dos nossos filhos e netos, e da própria terra. Mas muitos de nós ouvimos os gritos.

Obrigado a Gro Harlem Brundtland pelas primeiras palavras da Conferência do Rio em 1992 e um grande agradecimento aos movimentos sociais no Brasil e aos organizadores do Fórum Social Mundial que usaram e espalharam a palavra de ordem: “Outro mundo é possível”. Qual foi o lema do Fórum Social Mundial desde o primeiro em 2000. Em 2018, o Fórum Social Mundial estará novamente no Brasil, em Salvador da Bahia. Vamos nos juntar para criar outro mundo!



**Aksel Nærstad**

Coordenador Internacional do  
More and Better Network  
[www.moreandbetter.org](http://www.moreandbetter.org)



No passado, havia apenas floresta atlântica aqui, mas as pessoas vendiam a terra para a Aracruz e se mudavam para a cidade na esperança de uma vida melhor. Houve momentos difíceis aqui. Antes disso, viviam cerca de 20.000 pessoas na área, agora apenas 8-9.000. Hoje, só queremos salvar as nossas fontes de água. Temos de montar cercas ao redor do rio para que as vacas de outras pessoas não bebam o que resta dele. A Aracruz fez promessas de trabalho e melhoria da situação de vida, mas hoje não é assim”.



**Arquimedes Barbosa da Chuz é da Quilombola Vila Juazeira, no extremo Sul da Bahia.**



# Uma questão de terra

O Brasil é uma sociedade com enormes diferenças de classe. A cor da pele, a classe social e gênero determinam em grande parte o lugar de pertencimento e onde cada um pode atuar na sociedade e, assim, o grau de acesso à educação, à saúde e ao trabalho. Indígenas, quilombolas e pequenos agricultores são todos grupos marginalizados. Entre as pessoas que vivem em extrema pobreza na Bahia, 84% são negras e indígenas<sup>22</sup>. Esta é também uma parte da população que historicamente vive da terra. Tanto os indígenas quanto os quilombolas têm direitos a terra segundo a constituição, não deveriam ter necessidade de comprar terras, e títulos de propriedade privada sobre estas terras são nulas. Más, a constituição do 1988 não é respeitada.

## Distribuição desigual

A distribuição da terra no Brasil tem sido irregular desde que a era colonial começou, em 1500. Possuir terra tem sido associado com o poder e uma etnia particular. O mundo foi dividido entre um pequeno número de brancos privilegiados que a sua vez buscaram garantir acesso a grandes quantidades de mão de obra barata, primeiro indígena depois negra. Quando os colonizadores chegaram ao que hoje é o Brasil, incentivaram todos os portugueses a colonizar a área. A famílias individuais, foram atribuídas grandes quantidades de terra para que a área estivesse sujeita à coroa portuguesa. A terra que foi ocupada era originalmente povoada por muitos povos indígenas, estimativas dão conta de cerca de 1000 povos diferentes em 1500.

Até hoje 1,6% dos proprietários de terras controlam 46,8% de toda a terra arável. O fato de que ainda é assim, mostra que o sistema estrutural de desigualdade criado durante a colônia permanece através do sistema econômico, social e política que o Estado brasileiro tem adotado até os dias de hoje. Muitos estão ficando sem direito ou oportunidade de possuir sua própria terra e viver uma vida digna.

## O movimento sem terra

Quando poucos possuem muita terra, muitos possuem nada, e ficam sem direito ou oportunidade de viver uma vida digna. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, com seus 1,5 milhões de membros, é o maior movimento social na América Latina<sup>23</sup>. As consequências diretas da distribuição desigual da terra são a pobreza, a fome, doenças e degradação ambiental. As cidades recebem o êxodo de pessoas das áreas rurais, à procura de trabalho. A criminalidade e a prostituição aumentam como resultado desta migração interna. No estado da Bahia, as plantações de eucalipto são um dos principais inimigos dos trabalhadores rurais, pois ocupam grandes extensões de terra cultivável e impedem uma distribuição justa da terra.

## Resistência indígena

No extremo sul da Bahia estivemos em contato com duas aldeias, Nova Esperança e Mucugê, pertencentes ao povo Pataxó, que luta pela demarcação de seu território. Atualmente, os Pataxós estão lutando contra a Veracel, que plantou eucalipto no território que eles reivindicam<sup>24</sup>. Dos 120 000 hectares que pertencem

“ Existe uma diferença entre ter e ser. O capitalismo constantemente quer mais, e destrói o solo. A Terra é para trabalhar, não para se envenenar. Como os europeus puderam encontrar tanta riqueza bem preservada quando eles chegaram aqui há 500 anos? Nós, povos indígenas, sabemos como proteger o solo e a única coisa que queremos é o direito à nossa terra. Aqui no Brasil existe terra suficiente para todos, para que todos possam cultivar. O Brasil é enorme, mas para o agronegócio é pequeno.” - Bury Pataxó, da aldeia Mucugê



ao povo Pataxó, a empresa de celulose invadiu e se apropriou de mais de 30.000 hectares<sup>25</sup>. O solo perde nutrientes e os grupos que originalmente viviam da agricultura, caça e pesca, descobrem que sua subsistência está sendo impossibilitada.

A aldeia Mucugê tem um outro conflito com a empresa de eucalipto Suzano. A empresa compra eucalipto dos fazendeiros locais, que plantam perto das aldeias e dentro da área Pataxó. O povo Pataxó respondeu com campanhas em que mudas de eucalipto são arrancadas mudas de eucalipto parando os trabalhos.

## Os descendentes dos escravos e sua luta contra a celulose

No período entre 1500 a 1800, foram trazidos mais de quatro milhões de pessoas da África de forma forçada à área que hoje é o Brasil. Alguns conseguiram escapar das condições desumanas nas plantações onde realizaram o trabalho forçado e formaram pequenas comunidades livres nas profundezas da selva, chamadas de quilombos. Descendentes dessas comunidades ainda existem e são chamados hoje de “Quilombolas”.

Nos quilombos ainda é forte a presença da



Manifestação contra o eucalipto na aldeia Pataxó Mucugê.

<sup>22</sup> Worldbank, «Brazil: Social Inclusion of Minority Groups in Bahia» <sup>23</sup> Friends of the MST, «About Friends of the MST» <sup>24</sup> Andrade & Souza, «Brasil: La empresa de monocultivos de eucaliptos Veracel Celulose intenta expulsar a los indígenas Pataxó de su territorio» <sup>25</sup> Souza og Overbeek, Responsible for socio-environmental violations: Veracel Celulose, a company owned by Stora Enso and Aracruz Celulose, s. 41



herança africana, tanto na língua e religião, como na cultura. Mais que 30 comunidades quilombolas na Bahia lutam para a terra que lhes foi tomada pelas empresas de eucalipto<sup>26</sup>. Eles têm o direito a terra, mas suas áreas foram invadidas por várias empresas como Fibria, Suzano e Veracel. Na constituição do Brasil, de 1988, foi determinado que os quilombolas que vivem em uma área por um longo tempo, têm o direito ao título de suas terras<sup>27</sup>.

### Reduzindo a produção de alimentos

Plantações de eucalipto ocupam grandes áreas de terra e causam uma redução da produção de alimentos. As empresas sempre ocupam as melhores terras: áreas planas e férteis, aquelas mais utilizadas para produzir alimentos. Por exemplo, a área de cultivo de feijão, um dos mais importantes produtos básicos para os brasileiros, foi reduzida em 560 hectares no município de Caravelas, na Bahia entre 2005 e 2008<sup>28</sup>. Isso corresponde a 73%, e traz consigo uma redução no acesso aos alimentos. Enquanto isso, a área de plantio de eucalipto aumentou. As empresas de celulose Fibria e Suzano juntas possuem 38% da terra em Caravelas<sup>29</sup>. Além disso, as áreas próximas

<sup>26</sup> Corporate Watch, «The new trend of biomass plantations in Brazil: tree monocultures». <sup>27</sup> Cultural Survival, «Quilombos and Land Rights in Contemporary Brazil». <sup>28</sup> Gonçalves, «As transnacionais». <sup>29</sup> Ibid. <sup>30</sup> FN-sambandet, «FNs verdenserklæring om menneskerettigheter».

“A empresa de eucalipto, Suzano, entrou e plantou 500 mil árvores em nosso território. Nós tivemos uma ação em que nós queimamos as árvores, arrancamos as mudas e paramos os trabalhadores. Por isso fomos processados pela Suzano. Eles tentam roubar a nossa terra. Mas vamos lutar, todos juntos! A Suzano no fim perdeu a causa na justiça e teve que se retirar da área. Agora eles apelam para tentar plantar novamente”.

- Kamayrá Pataxó da aldeia Mucugê



às monoculturas são difíceis de cultivar. O solo torna-se seco e pobre em nutrientes, e pesticidas contaminam a água e o solo até fora das plantações.

### Alimentação, um direito humano

Para as famílias pobres, os impactos são grandes. Uma alimentação balanceada torna-se cara quando não se pode cultivar os alimentos. A declaração dos direitos humanos da ONU afirma que todos têm o direito à saúde e bem-estar, incluindo a alimentação<sup>30</sup>. As empresas de eucalipto, em outras palavras, estão prejudicando os moradores quando lhes tiram um direito fundamental – o acesso à comida.

A agricultura familiar é melhor para o meio ambiente do que o agronegócio. Com o problema da fome no mundo, é mais ético usar o solo fértil para uma produção em pequena escala, uma produção sustentável, do que para exportação de celulose. O alimento é consumido onde é cultivado, e é mais saudável, pois não contém grandes quantidades de pesticidas, tal como têm os produtos do agronegócio.

## A Fibria criminaliza quilombolas

Na propriedade do Quilombo São Domingos, no estado do Espírito Santo, cinco líderes foram notificados pela empresa Fibria, por roubo de galhos. No Brasil rural, muitas pessoas coletam galhos e pedaços de madeira da floresta para fazer carvão, vendido para



aquecer as casas e para cozinhar. Os moradores do Quilombo São Domingos tinham o direito de coletar os restos de madeira e galhos nas plantações de eucalipto da Fibria. A madeira que não podia ser usada para celulose, a comunidade tinha permissão para recolher. A Fibria rompeu abruptamente este acordo. Algum tempo depois, grandes patrulhas da polícia apareceram e levaram mais prisioneiros.

“A empresa denunciou 30 pessoas, todos daqui. Um dia, a polícia chegou e parou com ônibus, cachorros e cavalos no campo de futebol. Depois foram de porta em porta e nos prenderam. Eles tinham armas e correram atrás de nós. Era como se a escravidão estivesse de volta”, diz Altiane Blandino, que é um dos acusados do quilombo junto com Domingo Jerônimo, Antonio Marcos Blandino, Marcos Blandino e Milton dos Santos.

### Pistolas na cabeça

Fortemente armados, 150 policiais entraram no assentamento e levaram os cinco réus.

—Eles nos trataram como se fôssemos narcotraficantes, como se estivéssemos dirigindo outras coisas ilegais como armas, fomos presos às quatro da manhã em nossas casas. Eu tinha seis armas dirigidas à minha cabeça. Depois de uma longa conversa fui escoltado por dois policiais, diz Domingos Jerônimo.

Durante e depois da escravidão, muitos escravizados escaparam para a floresta. A terra onde eles criaram suas comunidades não tinha escritura.

—Essa terra não tinha nenhum proprietário quando nossos antepassados vieram para cá. Eles escaparam da escravidão e se estabeleceram aqui, onde podiam trabalhar como queriam. Eles cultivaram a terra e construíram casas. A Fibria conseguiu o direito a nossas terras e se autodeclarou proprietária. Despejaram muitas pessoas. Eles disseram que se não deixássemos o local, eles destruiriam nossas casas, diz Altiane Blandino.

### Lagoa seca

—Eles têm grandes caminhões-cisterna com uma média de extração de 15.000 a 20.000 litros de água, têm cerca de 30 desses caminhões, e cada um deles faz mais de cinco viagens por dia, uma lagoa já secou. Tanta água para o seu eucalipto. As comunidades locais precisam cavar buracos para encontrar água. Já reclamamos e temos pedido que parem com isso. Mas eles empregaram pessoal de segurança e continuarão sem parar, diz Marcos Blandino.

A unidade de polícia enviada para prender os cinco homens foi o batalhão de choque, ou seja, policiais fortemente armados, treinados para resistir a confrontos violentos. Pouco se pôde fazer quando a comunidade, que é pequena, foi invadida por policiais em maior número do que as famílias que vivem lá. Conseguindo despejar os moradores do quilombo, a empresa obterá livre acesso para plantar nas suas terras.

—Dizem que o que fazemos é roubo, mas os primeiros ladrões aqui foram eles. No dia em que nos chamarem de ladrões, direi a eles: O primeiro ladrão que veio aqui foi a empresa Aracruz. Eles mandam a polícia de choque para nos parar, para roubar a nossa terra. A única coisa que a empresa quer hoje é nos afastar, porque resistimos, conclui Altiane Blandino.



# A floresta perdida

O desmatamento em áreas tropicais provoca um aumento da temperatura e menos precipitação, estendendo o período de seca, o que dificulta a restauração da floresta original. O desmatamento no Brasil tem cinco razões principais:

1. A exploração de madeira ilegal
2. Conversão das terras para a agricultura ou para a pecuária
3. A grilagem de terras
4. A urbanização e a criação de infraestruturas como pontes, estradas e barragens
5. Subsídios e vantagens fiscais que fazem o desmatamento rentável<sup>32</sup>

O corte de madeira para a produção de celulose, conduz ao desmatamento de grandes extensões de terra. A Mata Atlântica foi desmatada em favor da expansão das plantações de eucalipto já na década de 1970. “Tratores com grandes correntes amarradas entre eles derrubaram tudo o que estava no caminho da construção de plantações de eucalipto. A Mata Atlântica, florestas, áreas agrícolas, e a maioria das aldeias indígenas foram arrasadas”, disse o condutor de trator da Aracruz Celulose em 1970, José Maria Coutinho, a NRK<sup>33</sup>, rede estatal de rádio e televisão da Noruega.

“ Por causa do eucalipto, animais migram para a floresta aqui. Mas a natureza aqui é um pouco diferente do seu habitat natural, e os frutos que muitos dos pássaros comem não são encontrados nesta floresta. Temos agora espécies que não existiam antes, incluindo uma grande cobra e um papagaio. O eucalipto chega cada vez mais perto. Eu não sou contra a árvore, mas a maneira como é usada.”



- Rosivaldo Ferreira da Silva, Cacique Babau, na Serra do Padeiro dos Tupinambá no sul da Bahia.

As empresas acreditam ser um defensor importante da conservação da Mata Atlântica. Hoje o desmatamento na Bahia, é principalmente causado porque as empresas compram licenças para o cultivo do eucalipto nas áreas que antes eram usadas pela pastagem, causando por sua vez, que os fazendeiros tenham de desmatar áreas de floresta para conseguir áreas de pastagem para seus animais e suprimindo a possibilidade da regeneração da Mata Atlântica nestas fazendas que compra. Assim, a indústria da celulose provoca o desmatamento de forma indireta e inibe a regeneração necessária para recuperar as fontes de água e a terra.

O IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, acusa a Veracel pelo desmatamento, pelo plantio de eucalipto perto de áreas protegidas e pelos danos ambientais causados pelo uso de produtos químicos. O procurador em Eunápolis, João Alves da Silva, disse que a empresa comete crime ambiental e que vende produtos ilegais. O CEPEDES, centro de pesquisa em Eunápolis, tem provas em vídeo, de lugares onde a Veracel derrubou floresta.

Se tivesse sido conhecido como eles operam, as plantações de eucalipto da Veracel nunca teriam sido aprovadas pelo FSC<sup>34</sup>, de acordo com Ivonete Gonçalves de Souza, do CEPEDES<sup>35</sup>.

O desmatamento contribui para o aquecimento global por meio da liberação de gases de efeito estufa, dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e vapor d'água na atmosfera. As árvores funcionam como armazenadoras de carbono. As enormes quantidades de carbono são armazenadas naturalmente na floresta por árvores e por outras plantas, assim como no solo da floresta. Como parte da fotossíntese, as plantas absorvem o dióxido de carbono da atmosfera, armazenam o carbono como açúcar, amido (carboidrato) e celulose. O carbono é armazenado e liberado continuamente dependendo da planta e da fase de sua vida

naquele tempo. As florestas são “lojas do dióxido de carbono”, mas o efeito de absorção do CO<sub>2</sub> existe somente quando elas crescem no tamanho: é limitado assim naturalmente. A floresta retém muita humidade e o desmatamento libera esta humidade no ar sob a forma de vapor de água. Assim, o desmatamento leva a que menos água possa evaporar e se transformar em chuva no local, o que também reduz a quantidade de água nos rios.

## Plantações não são florestas

O Forest Stewardship Council (FSC) foi fundado em 1993 para proteger as florestas nativas. O FSC afirma ter critérios em base dos quais conseguiria dizer se a silvicultura é sustentável. Plantações de eucalipto podem ser aprovadas pela FSC. No entanto, entendemos que uma plantação de eucalipto não deve ser incluído no FSC porque não é floresta e que essa certificação não é uma solução. As empresas ganham status de ambientalmente amigáveis, enquanto as plantações na realidade destroem florestas nativas, animais e seres humanos. Lars Løvold, diretor geral da Fundação Rainforest, disse a NRK<sup>36</sup> que uma plantação de eucalipto é o oposto de uma floresta, é completamente sem vida. Uma floresta é de fato o que permite que as plantas e animais possam viver<sup>37</sup>.

## Erosão de terra

As raízes das árvores e plantas conservam o solo, impedindo que ele seja transportado, por exemplo, pela chuva. De acordo com a FAO, o eucalipto é menos adequado para reter o solo se comparado com outras árvores<sup>38</sup>. Uma floresta é muito melhor em termos de manter e conservar o solo e combater a erosão, além de muitas outras vantagens (manter umidade, a microvida, etc.). Muito melhor que o eucalipto.

No estado de Minas Gerais o eucalipto também é cultivado em grande escala. Durante nossa estadia no Brasil, fomos informados como as empresas assinam contratos com os agricultores que cultivam o eucalipto para elas, economizando assim gastos. Minas Gerais é um estado cheio de montanhas e encostas íngremes. Quando a chuva e outros fenômenos naturais causam deslizamentos de terra, ou quando há outros danos à produção de eucalipto, por ex. doenças, os pequenos agricultores, e não as empresas, são responsabilizados<sup>39</sup>.

<sup>36</sup> Canal Estatal de Noruega <sup>37</sup> Eraker, «Kringsatt av fiender». <sup>38</sup> Poore & Fries, The ecological effects of eucalyptus, p. 21 <sup>39</sup> Conversa com Winfridus Overbeek, World Rainforest Movement.



- Ivonete Gonçalves de Souza, pesquisadora do CEPEDES, Centro de Estudos e Pesquisas para o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia.

“ Desde a minha infância eu me lembro da floresta onde caminhávamos, os frutos que comíamos e a diversidade ao nosso redor. Posso dizer isso porque tenho 50 anos e vi as mudanças na região. Muitas vezes me pergunto quais são os benefícios que essas plantações trazem para o Brasil, mas ainda não encontrei a resposta. Se você tiver uma resposta, eu adoraria ouvir. A celulose torna-se papel higiênico para abastecer a Europa – imagine que as nossas vidas não valem mais do que papel higiênico”.

<sup>32</sup> Fearnside, Causes of deforestation in the Brazilian Amazon. <sup>33</sup> Eraker, «Kringsatt av fiender». <sup>34</sup> Forest Stewardship Council <sup>35</sup> Broers & Lecluyse, «Sustainable on paper»



## Veracel - crimes e desmatamento

Desde 1991, a Veracel comprou e recebeu milhares de hectares de terra em áreas da Mata Atlântica. Hoje a floresta está desaparecendo. O CEPEDES, um centro de pesquisa no estado da Bahia, recebeu muitas queixas de que a Veracel explorava madeira da mata Atlântica. A organização SOS mata atlântica documentou o corte de árvores de florestas tropicais e o Greenpeace filmou quando derrubaram floresta<sup>40</sup>. Como resultado disso, a Veracel recebeu várias multas vultuosas e foi forçada a replantar a madeira da Mata Atlântica. Além disso a empresa perdeu a licença para expandir as plantações de eucalipto durante um tempo. As autoridades não acompanharam o replantio de madeira da Mata Atlântica e não se sabe se a empresa pagou as multas<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=cvVNbJOOZdw> <sup>41</sup> Souza & Overbeek, Responsible for socio-environmental violations: Veracel Celulose, a company owned by Stora Enso and Aracruz Celulose.

## Veracel - delitos e roubo de terra

A lei estipula que a Veracel não pode plantar mais de 15% da terra em municípios costeiros, e 20% da terra em municípios do interior. A fim de ultrapassar o limite, a Veracel aproveita diversas brechas na lei. Indivíduos, fazendeiros, compram terras em seu próprio nome e assinam contrato com a Veracel, para que a mesma terra só seja usada para plantio de eucalipto. Em 2011 o promotor João Alves acusou Veracel pelo uso de fazendeiros fomentados para assinar documentos falsos de limite de áreas e prática de lavagem de dinheiro usando contas bancárias desses fomentados<sup>42</sup>. Desta forma, a empresa possui cerca de 40% da terra no município de Eunápolis<sup>43</sup>.

<sup>42</sup> [http://radar64.com/noticia/veracel-denunciada-por-lavagem-de-dinheiro\\_10051.html](http://radar64.com/noticia/veracel-denunciada-por-lavagem-de-dinheiro_10051.html) <sup>43</sup> Souza & Overbeek, Responsible for socio-environmental violations: Veracel Celulose, a company owned by Stora Enso and Aracruz Celulose.

# A Mata Atlântica: Bela, ameaçada e importante

Originalmente a Mata Atlântica era uma faixa contínua ao sul e ao longo da costa do nordeste do Brasil, incluindo até partes do Paraguai e Argentina. Ela cobria uma área quatro vezes maior que a área da Noruega. Hoje, o Brasil tem apenas 7% da cobertura original desta Floresta, com cerca de 100.000 quilômetros quadrados. O saque começou no início de 1500, quando o Pau-brasil, árvore de madeira avermelhada, despertou a atração

dos conquistadores portugueses. A árvore foi tão procurada que quase foi extinta, e deu ao mesmo tempo o nome ao país. O desenvolvimento de lá para cá tem sido do mesmo jeito, sempre fundamentado em um modelo ganancioso e de curto prazo. As plantações de cana e a extração mineral no norte, a criação de gado e o cultivo de café mais ao sul, a agricultura, o desenvolvimento urbano, a construção de obras de infraestrutura, a especulação

imobiliária e as plantações de eucalipto, foram, em vários momentos, razões para o desmatamento drástico que fez da Mata Atlântica o tipo de habitat mais ameaçado do Brasil.

### Uma diversidade impressionante

Apesar do desmatamento dramático e da fragmentação a que a Mata Atlântica foi submetida, ainda há nela uma biodiversidade surpreendente. Pesquisadores do Jardim Botânico de Nova York identificaram na década de 1990, 456 espécies de árvores dentro de uma área de 10000 metros quadrados na reserva Una, no sul do estado da Bahia. Na época, o número bateu o recorde mundial de quantidade de espécies de árvores dentro de um hectare. Em comparação, em toda a Noruega, temos um total de cerca de 30 espécies de árvores. Foram registradas mais de mil espécies de aves, 264 espécies de mamíferos, 197 de répteis e 340 espécies de anfíbios na Mata atlântica. Para além da surpreendente diversidade em si, grande parte das espécies são encontradas exclusivamente nas remanescentes manchas dispersas de Floresta Atlântica.

### Uma diversidade impressionante

Apesar do desmatamento dramático e da fragmentação a que a Mata Atlântica foi submetida, ainda há nela uma biodiversidade surpreendente. Pesquisadores do Jardim Botânico de Nova York identificaram na década de 1990, 456 espécies de árvores dentro de uma área de 10000 metros quadrados na reserva Una, no sul do estado da Bahia. Na época, o número bateu o recorde mundial de quantidade de espécies de árvores dentro de um hectare. Em toda a Noruega, temos um total de cerca de 30 espécies. Foram registradas mais de mil espécies de aves, 264 espécies de mamíferos, 197 de répteis e 340 espécies de anfíbios na Mata atlântica. Para além da surpreendente diversidade em si, grande parte das espécies são encontradas exclusivamente nas remanescentes manchas dispersas de Floresta Atlântica.

### Espécies únicas

A Mata Atlântica se desenvolveu separadamente da Amazônia, e as diversas zonas de temperatura e diferenças de altura dentro desta faixa de floresta deram origem a uma

vasta gama de diferentes formas de vida. Mais de metade das espécies de árvores (55%) é encontrada somente aqui - elas são endêmicas. O mesmo, também é a realidade para 39% de mamíferos e 120 espécies de aves. Mais da metade das 340 espécies de anfíbios são exclusivas da Mata Atlântica, e mergulhando no mundo das plantas, dentre mais de 23.000 espécies, 70% das bromélias e 63% das palmeiras só são encontradas aqui. Portanto, não é surpreendente que mais da metade de todas as espécies ameaçadas de extinção no Brasil estejam localizadas precisamente na Mata Atlântica.

### Importância global

Isso significa que preservar e defender o que resta da floresta, e incentivar sua recuperação, é extremamente importante, tanto nacional como internacionalmente. Nas últimas décadas houve uma crescente consciência no Brasil sobre a importância da Mata Atlântica. Há também uma série de regulamentações governamentais e medidas a nível estadual e municipal. Existem hoje cerca de 700 reservas, que são em sua maioria pequenas áreas protegidas em diferentes categorias. Em 2006 o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou uma lei específica sobre a Mata Atlântica. Isso não quer dizer que a Mata Atlântica remanescente está segura. Como sabemos, as oportunidades de ganho econômico imediato são consideradas mais importantes que a necessidade imperiosa de preservar as espécies e os ecossistemas, por exemplo quando os políticos locais ou líderes empresariais “apenas” querem construir uma nova estrada, estabelecer novas casas de lazer de luxo para a elite, ou plantar “um pouco mais” de eucalipto.

### A necessidade de preservar

O grande desafio ainda é a fragmentação generalizada da floresta remanescente, onde 83% da cobertura florestal se encontra em fragmentos dispersos de menos de meio quilômetro quadrado. Embora tenham sido estabelecidas mais de 700 áreas protegidas, públicas e privadas, a soma dessas áreas totaliza apenas cerca de 2% da área florestal original. Devemos destacar que não só se trata de criar áreas protegidas, isso não vai resolver o problema. A melhor forma de conservar a Mata Atlântica é garantir as terras dos povos indí-



genas que nunca destruíram a mata. A metade das espécies de vertebrados ameaçadas estão fora de qualquer área protegida e é realmente apenas em duas das áreas – a Serra do Mar entre Rio de Janeiro e São Paulo e o Corredor Central no estado do Espírito Santo e na parte sul da Bahia - que a floresta está mais intacta e coerente. Existe a estratégia de se conectar áreas protegidas existentes através dos chamados corredores ecológicos, e já se percorreu um longo caminho. Mas isso demanda esforços sistemáticos e coerentes de replantio e com uma diversidade de espécies de árvores nativas e uma forte vontade política para pôr fim a tanta destruição legal e ilegal da Mata Atlântica e suas muitas espécies únicas. Em 2008, o Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc prometeu que o governo iria restaurar

20% da cobertura florestal original. A promessa não foi cumprida, mas existem resultados encorajadores, fruto de trabalho recente na área.

O número de carismáticos saguis e de micoleões dourados encontrados apenas na Mata Atlântica - onde três de quatro espécies está ameaçada - está aumentando. Além disso, a consciência da importância da floresta, inclusive em termos de abastecimento de água para o Rio de Janeiro e São Paulo, é maior do que nunca. O Brasil simplesmente não pode se permitir perder mais da Mata Atlântica.



**Lars Løvold**  
diretor geral da  
Fundação Rainforest

## As plantações destroem a natureza

### Mudanças na circulação da água

As árvores de eucalipto crescem rapidamente, não apenas porque elas vingam no calor tropical. As árvores têm um elevado consumo de água. Eucaliptos jovens crescem muito rápido, e têm um elevado consumo de água nos primeiros dez anos. Em seguida, o consumo de água é menor. Numa publicação recente, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais listou vários estudos científicos que comprovaram os impactos das plantações de eucalipto sobre a água e vêm confirmando o que os moradores do entorno das plantações já vinham observando<sup>44</sup>. Não é o eucalipto natural que devasta os recursos hídricos. O perigo surge com as monoculturas plantadas em larga escala. Pesquisadores da Universidade de Duke descobriram que 13% dos rios e córregos em áreas de eucalipto secam completamente, enquanto a média do fluxo de água é reduzida em quase 40%<sup>45</sup>. Depois de 6-7 anos, a árvore pode ser cortada<sup>46</sup>. Após o corte, novas mudas são plantadas e o ciclo de crescimento recomeça. A madeira cortada é transportada para produzir polpa de celulose para exportação. A madeira passa por cozimento, lavagem, branqueamento e secagem<sup>47</sup>. O processo demanda muita água. Por exemplo, a Suzano tem uma fábrica em Mucuri no estado da Bahia que consome 80.000 m3 de

água por dia<sup>48</sup>. Como grande produtora de celulose, a Veracel utiliza 94.000 m3 de água do rio Jequitinhonha todos os dias. Em comparação, uma cidade do tamanho de Eunápolis, na Bahia, que tem 100.000 habitantes, consome “apenas” 6.000 m3 por dia<sup>49</sup>. As empresas argumentam que reciclam a água e que a água que elas consomem é devolvida no rio, mas ainda não tem um estudo que pode comprovar que a água que entra sai no rio com a mesma qualidade. Os pescadores ao longo do rio Mucuri, onde está a fábrica do Suzano, e os pescadores ao longo do rio Jequitinhonha onde está a fábrica do Veracel contam que o rio está com um odor pútrido e que a pesca nos rios tem caído drasticamente.

### Falta d'água

No extremo sul da Bahia, o racionamento de água tornou-se parte da vida cotidiana. Reservatórios de água para os habitantes locais desaparecem, e uma das razões é justamente o uso extensivo das fontes de água pela indústria do eucalipto. O Plano Diretor Municipal afirma que as plantações de eucalipto devem ser colocadas a pelo menos três quilômetros de distância de fontes de água e áreas urbanas<sup>50</sup>. Nas localidades onde estivemos na região do extremo sul, vimos que a lei na

“ Eu me lembro bem de quando a devastação começou. Eles chegaram na área com grandes máquinas para cortar as árvores, enquanto os animais corriam para salvar a própria vida. Eles incendiaram o bosque. O cheiro dos animais queimados nos alcançou onde estávamos. Tentamos filmar, mas fomos impedidos por homens contratados, com armas. Quando conseguimos filmar a devastação, o vídeo levou a um caso contra a Veracel. O caso levou 15 anos para ser resolvido, mas quando a empresa foi finalmente condenada, foi privada da licença para plantar. Em 2011, a empresa recebeu novas licenças na mesma área. Uma coisa é o julgamento, outra é a prática.”



- Ivonete Gonçalves de Souza, pesquisadora do CEPEDS,  
Centro de Estudos e Pesquisas para o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia.

prática nunca é cumprida. As plantações estão em toda parte, seja perto de rios, lagos e nascentes. A resposta mais frequente que recebemos quando perguntamos o que as pessoas achavam do eucalipto, era “ puxa muita água.” As pessoas que vivem perto de plantações de eucalipto, sofrem de falta de água.

### Perigo para a saúde

Uma pessoa deve beber mais que dois litros de água por dia<sup>51</sup>, mas a escassez de água tem consequências para além da água potável. Pense nisso: Para que você precisa de água durante um dia? Você toma banho com muitos litros de água, e usa outros tantos cada vez que vai ao banheiro, além de usar água para cozinhar e lavar a louça, pisos e roupas. Falta de água potável é uma das principais causas da propagação de doenças relacionadas à falta de higiene, como a diarreia, que mata dois milhões de pessoas anualmente<sup>52</sup> no mundo. A Associação de Estudos Internacionais da Água (FIVAS, na sigla em norueguês), sediada em Oslo, afirma que o acesso à água e saneamento digno é um direito humano<sup>53</sup>. Quando os fornecedores de celulose Fibria, Suzano e a Veracel tiram água para atender o consumo doméstico da população local, estão privando esta dos seus direitos básicos.

### Consequências da seca

Durante o trabalho de campo, a população no extremo sul da Bahia e também em outros estados, passou por uma das piores secas em

84 anos<sup>54</sup>. As plantações de eucalipto, além de absorver muita água, tornam também a paisagem ainda mais seca. O que chama atenção é que enquanto muitas plantas morrem, o eucalipto sobrevive. As pessoas que conhecemos na Bahia dizem que nunca tinham experimentado seca tão cruel como essa. A seca pode ter consequências fatais para a colheita, gado, animais e plantas. Quando a colheita é ausente, leva a fome e à pobreza para as pessoas que vivem de trabalhar a terra. Tradicionalmente os habitantes locais produzem a mandioca, uma planta nutritiva e próspera em solo pobre. Durante o trabalho de campo o solo era tão seco e duro que, por vezes, era impossível puxar as raízes de mandioca para fora da terra. Assim, a população perdeu uma importante fonte de alimento e os agricultores perderam uma importante fonte de renda.

### Círculo vicioso

Além disso, a vida nos rios que ficam perto das plantações, é extinta pela seca, e também pela contaminação da aplicação dos agrotóxicos nas plantações; estes com as chuvas são levados para os rios e córregos no entorno das plantações. Encontramos durante nossa estadia muitos pescadores que falaram do declínio no número e no tamanho dos peixes em fontes de água doce. Muitos brasileiros vivem da pesca, e o peixe tem sido por muito tempo uma importante fonte de proteína. Quando os peixes desaparecem, os pescadores

<sup>44</sup> <http://wrm.org.uy/pt/files/2016/10/Impactos-en-el-agua-de-las-plantaciones-industriales-de-%C3%A1rboles-POR-TUGUES.pdf> <sup>45</sup> Jackson et al., Trading water for carbon with biological carbon sequestration. <sup>46</sup> Nordal & Sunding, «Eukalyptus». <sup>47</sup> Suzano papel e celulose, «Suzano pulp and paper, Mucuri site». <sup>48</sup> Ivonete Gonçalves, «As transnacionais». <sup>49</sup> Gonçalves & Overbeek, Responsible for socio-environmental violations: Veracel Celulose, a company owned by Stora Enso and Aracruz Celulose, p. 83. <sup>50</sup> Ibid., p. 51 <sup>51</sup> FN-sambandet, «Rent drikkevann». <sup>52</sup> Ibid. <sup>53</sup> FIVAS, «Om Fivas» <sup>54</sup> Siza, «Seca histórica compromete abastecimento de água e luz no Brasil».



ficam desempregados e a desnutrição pode se tornar um problema nas comunidades ao longo dos rios. A diminuição da produção pode levar ao aumento dos preços dos alimentos. Foi o que se viu na África Oriental em 2011: com a seca veio não só a fome, mas também um aumento extremo dos preços dos grãos. Ao mesmo tempo, caíram os preços dos animais, como consequência da queda na produção de leite. Assim, diminuíram também os salários<sup>55</sup>. A seca no Chifre da África foi mais extrema do que no extremo sul da Bahia, mas o exemplo ilustra o círculo vicioso que ocorre com a seca, independentemente de onde no mundo ela ocorra.

### Incêndios e destruição

A seca agravada pelas plantações do eucalipto, faz o perigo de incêndio aumentar. As folhas e cascas da árvore do eucalipto contêm um óleo altamente combustível<sup>55</sup>. Para o eucalipto, alastrar o fogo é uma parte do seu ciclo de vida. Na ilha da Tasmânia, onde as árvores crescem naturalmente, as queimadas regulares são fundamentais para que as cápsulas de sementes de eucalipto se abram. Os óleos inflamáveis provocam incêndios para que as sementes possam germinar em cinza fresca e nutritiva, onde as chamas removeram as espécies concorrentes. Além disso, o mecanismo de fogo ajuda com que animais e insetos que ameaçam as árvores sejam afastados por um período<sup>57</sup>. Mas a seca e folhas oleosas não são uma boa combinação onde as árvores de eucalipto não fazem parte natural do ecossistema. Nós testemunhamos incên-

dios em todos os lugares quando estávamos na região do extremo sul da Bahia. Dirigindo ao longo de uma estrada, é comum passar por vários incêndios sinistros: alguns pequenos, outros grandes, nas florestas, nas plantações, nos campos e nas aldeias, sempre muito destrutivos para a população local e os animais selvagens. No período da seca, não há água para extinguir incêndios.

### Perdas ecológicas e econômicas

Colheitas, infraestrutura e edifícios são queimados e vidas podem ser perdidas. O que faz uma família quando a colheita da mandioca é destruída durante uma noite? No Brasil, poucas famílias têm como pagar um seguro para reparar as perdas financeiras quando acontece um desastre. Uma biodiversidade importante foi queimada no Parque Nacional de Monte Pascoal, como resultado dos grandes incêndios que atingiram a Bahia em 2015. O povo Pataxó também foi atingido pelos incêndios<sup>58</sup>. Quando a Mata Atlântica queima, facilita-se para que as empresas de celulose comprem as áreas queimadas e plantem mais eucalipto. E enquanto as áreas de plantio crescem, diminui o volume da Mata Atlântica. Os grandes incêndios na Bahia naquele ano não se devem unicamente ao eucalipto. As mudanças climáticas causadas pelo homem e o desmatamento da Amazônia podem ser importantes causas da seca que propicia incêndios<sup>59</sup>. O elevado consumo de água nas plantações de árvores e a presença de óleos inflamáveis nas folhas são fatores que reforçam o risco.

<sup>55</sup> Rodum, «Sultkatastrofe sprer seg på Afrikas horn» <sup>56</sup> Nordal & Sunding, «Eukalyptus». <sup>57</sup> National Forest Learning Center, «Eucalypts and Fire». <sup>58</sup> Radar 64, «Fogo devasta o parque nacional do Monte Pascoal». <sup>59</sup> Stauffer, «Drought ends in Brazil's São Paulo but future still uncertain».



**Deserto:** este rio no município de Mucurí, na Bahia, está perto a desaparecer completamente. A área está cercada por plantações de eucalipto.

### Veracel: Violação da lei e corrupção

Em 15 de fevereiro de 2008, uma lei estipulava que o eucalipto deveria ser plantado a pelo menos dez quilômetros da cidade de Enápolis. As empresas do município também tiveram que fazer um mapa marcando todas as áreas onde plantaram. No mesmo mês, a lei foi suspensa após lobby da indústria de

celulose, especialmente da Veracel. O membro do conselho municipal Moacyr Almeida Silva conta como a Veracel lhe ofereceu dinheiro para votar contra a lei. Vários outros representantes tiveram conversas com a Veracel. “Por acaso” cada um deles votou contra a lei, exceto Almeida Silva<sup>60</sup>.

<sup>60</sup> [https://issuu.com/brasildefato/docs/bdf\\_285](https://issuu.com/brasildefato/docs/bdf_285)

# Agrotóxico



Dentro das plantações de eucalipto existem claros sinais de um alto consumo de pesticidas. Não há outras plantas, animais e insetos. Os agricultores do hemisfério sul estão cada vez mais expostos aos venenos dos agrotóxicos, muitos dos quais são proibidos em alguns países europeus<sup>61</sup>. Hoje, o Brasil é o país do mundo que utiliza mais agrotóxicos na agricultura<sup>62</sup>.

Quando as árvores de eucalipto são mudas recém-plantadas, elas competem com outras plantas por água e nutrientes. Durante esse período as empresas de eucalipto consideram que é necessário o uso extensivo de agrotóxicos e irrigação, como a formicida mirex, usado na fase inicial de crescimento. Os agrotóxicos usados no eucalipto são Mirex-S, Stout-SN e sulfluramida. Frequentemente usa-se o glifo-

sato, o ingrediente ativo no pesticida Round-Up. O Round-Up pode ser encontrado na maioria das lojas ou mercados hortícolas e um dos agrotóxicos mais usados na agricultura ao nível global. O pesticida é produzido pela polêmica empresa agrícola

Monsanto<sup>63</sup>, e criou alvoroço na mídia nos últimos anos. O uso prolongado de Round-up prejudica a vida natural e o ecossistema local<sup>64</sup>. Os moradores locais chamam o Round-Up de “Mata Mato”. Isso diz muito sobre o agrotóxico e seu efeito devastador.

### Redução da qualidade da água e da terra

O glifosato é comprovadamente prejudicial para a qualidade do solo e organismos que vivem nele, como minhocas<sup>65,66</sup>. Minhocas convertem matéria orgânica no solo em novos nutrientes. Se tais organismos desaparecerem, isso afetará a qualidade do solo significativamente. Não haverá decompositores por causa do veneno, e com a falta de nutrição, há apenas as raízes alongadas, que são deixados após o corte.

<sup>61</sup> Wesseling et al., Agricultural Pesticide Use in Developing Countries. <sup>62</sup> Overbeek et al., An overview of industrial tree plantations in the global South, p. 28 <sup>63</sup> No abril o ano passado, na Haia, aconteceu “O Tribunal Monsanto”. Uma iniciativa da sociedade civil internacional que responsabiliza a Monsanto por violações de direitos humanos e ecocídio. Juízes eminentes ouviram testemunhos de vítimas e especialistas, seguindo os procedimentos do Tribunal Internacional de Justiça. <sup>64</sup> Köhler & Triebkorn, Wildlife Ecotoxicology of Pesticides, p. 761. <sup>65</sup> Zaller et al., Glyphosate herbicide affects belowground interactions between earthworms and symbiotic mycorrhizal fungi in a model ecosystem. <sup>66</sup> Gaupp-Berghausen et al., Glyphosate-based herbicides reduce the activity and reproduction of earthworms and lead to increased soil nutrient concentrations.



Hoje você vai encontrar glifosato nas águas subterrâneas e rios<sup>67</sup>. Quando vem uma chuva, os restos do veneno das plantações são dissolvidos pela água e pode chegar aos rios e águas subterrâneas<sup>68</sup>. Assim, o glifosato pode também contaminar a água potável das comunidades. O pouco de água deixada nas plantações das empresas de eucalipto, é envenenado.

### A pulverização aérea

Em algumas plantações usam-se aviões para pulverizar pesticidas. A prática é proibida em países como a Dinamarca, a Estônia e a Eslovênia<sup>69</sup>. Os agrotóxicos que são liberados pelos aviões são espalhados pelo vento para muito além da área de plantio. Desta forma, o uso de pesticidas não só afeta as plantações, mas também os moradores da região. Pessoas que conhecemos perto das monoculturas de eucalipto, contaram como sua água potável, solo e ar foram envenenados por aviões de pesticidas.

### Comida envenenada

O eucalipto é cultivado em terras muitas vezes situadas nas proximidades de outras fazendas ou terras de pequenos produtores. O alimento cultivado nessas terras pode ser envenenado pela pulverização de pesticidas. No Brasil existem vários movimentos de camponeses e grupos indígenas que lutam incansavelmente pela agroecologia. Eles lutam não só para pro-

<sup>67</sup> Ho & Sirinaths- inghji, «GM Crops and Water». <sup>68</sup> Friends of the Earth Europe, The environmental impacts of glyphosate, p. 5. <sup>69</sup> PAN Europe, «PAN Europe's position on aerial spraying», p.1



“Esta é a nossa área, que a Fibria destruiu. Isso é o que a empresa faz. É muito difícil de olhar. No fundo aqui, tinha antigamente um rio. Já não tem mais. Isto é o que o veneno deixa. Tudo está morto. Aqui costumava ser uma área verde, com árvores e vida. Está muito perto da área do eucalipto para sobreviver.—Quando você acha que o rio vai voltar? —Nunca vai voltar.



- Reginaldo Angola Dos Santos, camponês, no assentamento do MST Rosa do Prado há 22 anos.

teger a pessoa que vai comer o alimento, mas também a pessoa que vai cultivá-lo. Entre os agricultores e os povos indígenas que vivem perto das plantações de eucalipto, a resistência é grande. Pequenos agricultores contam como o número de pragas aumentou com as plantações de eucalipto. Quando os meios de vida desaparecem por causa do veneno e a dominação do eucalipto, os animais, insetos e pássaros tem que fugir para outros lugares. Então um cultivo agroecológico pode recuperar. Os moradores locais descrevem como tem chegado muito mais gafanhotos, caracóis e lagartas. São insetos que fogem das estéreis plantações de eucalipto e se estabelecem nos jardins e na terra das comunidades.

# Round-Up

- 1** Round-Up é o pesticida mais vendido na Noruega.
- 2** De acordo com pesquisadores da Universidade de Tromsø, o glifosato pode ser 300 vezes mais tóxico do que se pensava anteriormente.
- 3** A Monsanto foi condenada em um tribunal francês por afirmar que o glifosato presente no Round-Up é biodegradável. Hoje o Round-Up é proibido na França e na Holanda.
- 4** Em 2015, o uso de Round-Up foi proibido em playgrounds na Noruega.
- 5** Pode-se encontrar vestígios de glifosato na urina de pessoas em vários países da Europa.
- 6** A Monsanto tem o seu próprio sistema de etiquetagem chamado Round-Up Ready. Sementes marcadas com Round-Up Ready são geneticamente modificadas para resistir ao veneno Round-UP<sup>6</sup>. A soja é um exemplo disso.
- 7** A empresa de eucalipto Veracel usa sozinha de três a cinco vezes mais glifosato anualmente, que toda a silvicultura sueca.

**FONTES:** **1** Holten, «Glyphosat - Verdens mest solgte sprøytemiddel». **2** Fredrikstad & Lian, «Verdens mest brukte ugressmiddel kan være opptil 300 ganger giftere enn antatt». **3** Nordtug, «Glyphosatforbud i Nederland». **4** Fredrikstad og Lian, «Verdens mest brukte ugressmiddel kan være opptil 300 ganger giftere enn antatt». **5** Friends of the Earth Europe, The environmental impacts of glyphosate, s.3. **6** Monsanto, «Agricultural Seeds». **7** Andersson & Bartholdson, Swedish pulp in Brazil, p. 106.

“Você vê como a grama é marrom-amarelada? É por causa do veneno que está sendo transportado com o vento, quando tem pulverização aérea no eucalipto. Assim, vastas áreas fora das plantações são atingidas. Pesticidas trazem consigo muitas doenças e também envenenam a nossa comida. Eles matam tudo. Agora está tudo muito seco, mas quando a chuva finalmente chega, dilui o veneno e leva-o até o rio. O rio onde costumávamos pescar. Hoje, o peixe está extinto.”

- Altiane Blandino do Quilombola São Domingos no estado Espírito Santo, uma área onde a Fibria e a Suzano têm plantações.



“Você vê a substância branca na água? Você pode sentir o mau cheiro? Há Round-Up e pesticidas que poluem a água. Antes podíamos pescar no rio, agora não há mais peixe. As empresas de eucalipto Fibria e Suzano afirmam ter áreas de conservação próximas às plantações de eucalipto. Mas você pode ouvir um som aqui? Você não pode ouvir um único som porque os animais que bebem a água e comem as plantas morrem. As empresas têm as chamadas áreas de preservação, mas isso é apenas para criar uma fachada de preocupação ambiental.”

- Elivaldo da Silva Costa, camponês, no assentamento do MST Rosa do Prado no Extremo Sul na Bahia.



# Aprovação do eucalipto geneticamente modificado, GMO

## A permissão oficial para o cultivo do eucalipto geneticamente modificado

Usar o tipo mais produtivo de árvore não parece ser suficiente para indústria de celulose. Há vários anos que a indústria busca desenvolver variantes geneticamente modificadas das árvores de eucalipto. No dia 9 de abril de 2015 a empresa Suzano foi a primeira que conseguiu permissão oficial para usar um tipo de árvore geneticamente modificada chamado Evento H421 desenvolvido pela empresa FuturaGene, empresa que é controlada pela Suzano<sup>70</sup>. A permissão oficial foi outorgada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Hoje, só a Suzano tem a permissão de usar o eucalipto geneticamente modificado. Mas é possível que outras empresas também consigam este tipo de autorização. A Evento H421 é cerca de 20% mais produtiva do que a árvore original, e pode, portanto, ser colhida em um tempo mais curto que o ciclo de aproximadamente 6-8 anos do eucalipto. A fibra é a mesma e a densidade também é semelhante ao clone de eucalipto regularmente usada. A empresa inclusive fala de ganho ambiental, pois o rápido crescimento das novas espécies significaria que mais CO2 poderia ser capturado em menos tempo<sup>71</sup>. Em contrapartida, para as pessoas que moram perto das plantações, a adoção do eucalipto geneticamente modificado é uma catástrofe, que poderá fazer com a água e os nutrientes do solo desapareçam ainda mais rápido. As empresas também falam em ganhos territoriais, porque argumentam que vão precisar de menos terra, mas isso é difícil de acreditar quando sabemos que mesmo que a produtividade duplicou nos últimos 20-30 anos, obtidos por métodos convencionais, as plantações nunca param de crescer.

## Comunidades locais e organizações ambientais criticam

Mais de 100.000 pessoas assinaram uma carta de protesto contra a licença do GMO. O coordenador do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, Winnie Overbeek, afirma

que a decisão sobre a licença é ilegal pois a decisão viola o princípio da precaução, ou seja, não há conhecimento suficiente sobre as consequências do eucalipto transgênico e os próprios relatórios de impacto ambiental da Suzano são insuficientes. Overbeek afirma ainda que o Brasil ratificou a Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica, e ao aceitar plantações de eucalipto geneticamente modificado, o país viola a convenção<sup>72</sup>.

Logo após a divulgação da autorização, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), lançou uma petição para sua retirada. A campanha foi assinada por 39 organizações e instituições<sup>73</sup>. A IDEC considera que existe um risco muito grande da árvore geneticamente modificada se espalhar e contaminar os entornos, e que as consequências de uma espécie geneticamente modificada poderiam revelar-se desastrosas para o ecossistema. Cruzamentos com outros tipos de eucalipto podem ter consequências inesperadas, e o IDEC também acredita que as consequências da modificação genética não estão sendo adequadamente investigadas.

## Ameaça para os produtores de mel

O eucalipto geneticamente modificado representa um risco para cerca de 500.000 apicultores no Brasil. Hoje, o país é o 10º maior produtor mundial de mel, com 50% de toda a produção para exportação. As abelhas vivem de um néctar de eucalipto, e cerca de 1% do mel consiste de pólen. Através do pólen, o DNA de eucalipto geneticamente modificado pode contaminar o mel, o que afeta a sua qualidade, a segurança do consumidor e o futuro da apicultura. Logo, um risco à saúde destes insetos representa também um risco para a produção agrícola de alimentos.

## Tentativa de recuperação da floresta nativa

Todas as empresas de celulose são obrigadas a plantar novas árvores nas áreas que possuem em torno das plantações de eucalipto. Isso para aumentar a biodiversidade. Por exemplo, a Fibria tenta recriar áreas de

florestas nativas destruídas pelas plantações de eucalipto. Diferentes empresas menores são contratadas para plantar árvores. Um exemplo é a Serviços Florestais GF, empresa contratada pela Fibria onde Alexandre Lima trabalha. Ele conta que as empresas pretendem preservar fontes de água e dar novos nutrientes para o solo nas áreas em torno das plantações. Na Bahia os projetos são chamados de APP, "Área de Produção Permanente." As mudas inseridas no solo são, principalmente, de goiaba, castanha, caju, boleira e jaca. Estas árvores produzem frutas de valor econômico. A pequena produtora Liva Da Costa acredita que

a tentativa é em vão. Da Costa afirma que as empresas plantam algumas centenas de espécies de árvores da Mata Atlântica contra um bilhão de mudas de eucalipto. A GF Serviços Florestais planta 1111 mudas por cada 10.000 hectares de eucalipto. Da Costa conta que as mudas já estão com produtos químicos antes de serem colocadas no solo. "Embora que as mudas, de espécies variadas, conseguem sobreviver nessa terra seca e com produtos químicos, pode ter certeza que uma pulverização aérea ou um incêndio florestal vai matá-las antes de que elas cresçam".

<sup>70</sup> GETREES, «Brazil govt approves GMO eucalyptus trees». <sup>71</sup> FuturaGene, «Biossegurança do Eucalipto Geneticamente Modificado H421», p. 3 <sup>72</sup> The Campaign to STOP GE Trees, «Brazil govt approves GMO eucalyptus trees». <sup>73</sup> IDEC, «MEL BRASILEIRO EM RISCO!», p. 4-5. 64



## Veracel – A lei dos negócios e do meio ambiente

A Veracel não só removeu muita floresta tropical, como também causou danos à floresta remanescente na área. Anteriormente, a empresa alegou que seu papel era produzido sem cloro. Em 2003, no entanto, foi encontrado cloro nos resíduos da sua fábrica. Em várias ocasiões, a Veracel foi multada por usar pesticidas em locais proibidos. A empresa também foi multada por envenenar áreas de preservação permanente. Em 2007, a empresa foi condenada pelo envenenamento do Rio Santa Cruz, na Bahia, com glifosato, o principal ingrediente do Round-Up. Este rio é responsável pelo abastecimento de água em várias cidades e comunidades.

De acordo com a legislação brasileira, as plantações de eucalipto não podem ser plantados a menos de 10 quilômetros dos parques nacionais, a não ser com a anuência das autoridades federais competentes. Apesar disso, o eucalipto da Veracel pode ser encontrado a distâncias menores do Parque do Descobrimento, do Parque Monte Pascoal e do Parque Pau Brasil no extremo sul Baiano, sem que houvesse qualquer tipo de procedimento para solicitar a anuência das autoridades.

Fonte: Souza & Overbeek, Responsible for socio-environmental violations: Veracel Celulose, a company owned by Stora Enso and Aracruz Celulose.



# Desenvolvimento

## - Para quem?

Emprego e crescimento econômico local tem sido tradicionalmente a principal promessa para a produção de eucalipto. Portanto, as empresas de eucalipto repetidamente receberam o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento, o BNDES<sup>74</sup>. Os cientistas, no entanto, apresentam uma crítica da quantidade de trabalho e de desenvolvimento criado pelas empresas de eucalipto em nível local. Em um projeto de pesquisa de 2007, realizado em Eunápolis, Bahia, pesquisadores da Universidade de São Paulo concluíram que o compromisso da Veracel na área resultou em uma deterioração das condições de vida da população. Antes de chegar na região, a Veracel fez propaganda de que criariam 20.000 novos postos de trabalho, mas não cumpriu com essa promessa. Por vender suas terras, as pessoas migraram para a cidade e criou-se uma subclasse em-pobrecida. Além disso, a distribuição de terra na região ficou ainda mais desigual, devido às aquisições da Veracel<sup>75</sup>. Em 2008, ela era dona de 40% da terra no município (direto e indireto)<sup>76</sup>.

### Poucos empregos

A produção de celulose a base de eucalipto é uma indústria que emprega poucas pessoas nas plantações e nas fabricas. Para o transporte, se contratam empresas terceirizadas, mas durante o período de aproximadamente 6-8 anos de crescimento, se necessita de pou-

“O dinheiro que ganham beneficia as pessoas de fora, e quero dizer não só de fora do Quilombo, nossa aldeia, mas de fora do Brasil como um país. Antes pensávamos que aconteceria o contrário. Por isso, achávamos por bem as empresas de eucalipto virem”.

- Andréia Alves Marques mora na Quilombola Vila Juazeiro, vizinho as plantações da Fibria



cos trabalhadores, apenas para a aplicação de herbicidas e fertilizantes<sup>77</sup>. Este trabalho é feito com tratores ou em alguns casos com pulverização aérea. A Veracel contabilizou em 2003 a criação de apenas um trabalho por cada 156 hectares de terra<sup>78</sup>. A fim de criar segurança para os trabalhadores, a justiça do trabalho determinou que a atividade principal das empresas não pode mais ser terceirizada para outras empresas<sup>79</sup>. No entanto a empresa Suzano informa que em 2016, empregava cerca de 8.000 funcionários e 11.000 através de terceiros. Estes 19.000 funcionários estão distribuídos em um milhão de hectares de terras<sup>80</sup>. Também importante mencionar que o trabalho dos terceirizados não é um trabalho seguro, costuma-se trabalhar sem contrato e seguridade.

### Veracel - delitos e condições de trabalho

Em 2008, a Veracel estava envolvida em um total de 863 ações trabalhistas no Brasil. Mui-

— Durante sete anos trabalhei em plantações de eucaliptos para a Suzano.  
— Como eram as condições de trabalho?  
— Não era bom. Levantava-me cedo, chegava em casa tarde e o salário era muito baixo. Naquele tempo, era a minha única oportunidade. A indústria não emprega o número de pessoas que mora aqui no assentamento e só cria empregos quando as árvores devem ser cortadas. A melhor opção era mudar de trabalho. Aqui eu trabalho em meus próprios termos e tenho mais direitos e maior liberdade.

- Marco Aurelio mora num assentamento do MST que se chama Bela Manhã, uma propriedade que antes era do eucalipto.



tos dos funcionários sofreram lesões devido ao trabalho repetitivo. Assim, eles já não podem trabalhar com eficiência, e foram demitidos pela empresa. A maioria das pessoas que trabalham para a Veracel são trabalhadores indiretamente empregados ou temporários onde as condições são precárias<sup>81</sup>.

### Urbanização

A produção de eucalipto cria poucos trabalhos no campo, e reforça a urbanização. As pessoas que trabalhavam nas plantações ou fazendas de gado na área, têm que ir para as cidades em busca de trabalho. A urbanização não é um fenômeno novo no Brasil. Em 1940 31% da população moravam nas cidades e 70 anos depois, perto de 84% da população vive em cidades<sup>82</sup>. A cidade de Teixeira de Freitas no extremo sul, uma cidade de apenas 30 anos, tem atualmente 157,804 habitantes<sup>83</sup>. O crescimento urbano, em outras palavras, foi explosivo.

### A pobreza urbana

O crescimento explosivo, e muitas vezes descontrolado, das cidades brasileiras tem sido, e ainda é, doloroso. As pessoas acabam criando suas próprias áreas residenciais nas terras do estado, longe do centro da cidade. Estes são chamados de favelas e periferias, e muitas vezes falta-se a infraestrutura básica, como transporte público, água, esgoto e

<sup>74</sup> BNDES. <sup>75</sup> Joly, Insertion of the spatial productive circuit of cellulose in Eunápolis, Bahia State, Brazil. <sup>76</sup> Souza & Overbeek, Responsible for socio-environmental violations: Veracel Celulose, a company owned by Stora Enso and Aracruz Celulose, p. 46. <sup>77</sup> Repórter Brasil, Deserto Verde. <sup>78</sup> Souza & Overbeek, Responsible for socio-environmental violations: Veracel Celulose, a company owned by Stora Enso and Aracruz Celulose, p. 68. <sup>79</sup> Repórter Brasil, Deserto Verde. <sup>80</sup> Suzano, «Quem Somos». <sup>81</sup> Souza & Overbeek, Responsible for socio-environmental violations: Veracel Celulose, a company owned by Stora Enso and Aracruz Celulose. <sup>82</sup> Gobbi, «Urbanização brasileira» <sup>83</sup> IBGE, «Teixeira de Freitas».

—Todas as noites quando chegava em casa, eu estava tão cansada que não conseguia ir à escola. Hoje, sei escrever o meu nome, dou graças a Deus por isso. Desde as quatro da manhã até as sete horas da noite eu trabalhava plantando eucalipto e só tínhamos uma hora de intervalo no meio do dia.

—Como era o trabalho?

— Grande parte do trabalho consistia em carregar sacos pesados de arbustos de eucalipto nos ombros. Agora, 38 anos depois, eu tenho uma forte dor no braço direito. Essa dor me mantém acordada durante a noite. Eu só parei de trabalhar quando estava grávida de quatro meses, do meu filho mais novo, devido à dor de estômago. Eu sofri muito.

- Carmelina Lima dos Santos mora num assentamento do MST, Bela Manhã, uma propriedade que antigamente era do eucalipto.



“Existe apenas uma solução: O fim do eucalipto. Antes as plantações de eucalipto empregavam 400 pessoas.

O fazendeiro, dono da terra, tinha trabalho para muitos. Agora, apenas uma pessoa trabalha lá. As máquinas fazem tudo. Então as pessoas vão para as cidades e terminam na rua. Há grandes problemas com drogas, álcool, prostituição e roubo.”

- Ailton Nunes Ferras, camponês no assentamento Rosa do Prado no Extremo Sul da Bahia.



eletricidade. Serviços escolares e de saúde são, muitas vezes, pobres ou inexistentes. A falta de empregos com salários justos é uma das razões para as crescentes estatísticas de criminalidade. Essa situação reforça o estigma dos residentes e a desigualdade social e econômica continua crescendo. O fluxo migratório do campo para a cidade, por sua vez, iniciou uma série de mudanças nas comunidades locais, tais como a centralização das escolas e unidades de saúde. Assim, torna-se mais difícil a vida no campo, e obriga ainda mais pessoas a procurar melhores oportunidades nas cidades.



# Armazenamento de carbono nas plantações de eucalipto

As plantações de eucalipto são plantadas não apenas para produção de celulose e carvão vegetal, mas também são utilizadas em projetos de armazenamento de carbono. A organização de pesquisa Eco Nexus escreve que as plantações de árvores não oferecem soluções para os desafios climáticos que enfrentamos. Dizem que diferentes indústrias infundadas afirmam que as plantações de rápido crescimento economizarão CO2. A floresta natural armazena muito mais carbono, em parte porque a árvore cresce o suficiente para que as raízes se desenvolvam.

## Benefícios mínimos para o clima

Os ganhos climáticos são mínimos em comparação com as consequências que as plantações de árvores têm para os seres humanos e o meio ambiente. As cotas de CO2 podem ser adquiridas como compensação pelas emissões, mas a maioria dos projetos de carbono leva à baixa captura de carbono em comparação com as emissões de desmatamento.

Várias empresas norueguesas estão envolvidas na plantação de madeira para armazenamento de CO2. O projeto da empresa norueguesa Tree Farms em Uganda levou NorWatch a chamar o país de 'CO2lonised'. Isso ocorre porque o dano causado pelas plantações é muito maior do que o ganho de armazenamento de CO2. A organização World Rainforest Movement afirma que "para a Noruega é mais barato plantar árvores nos trópicos do que introduzir novas tecnologias que levariam à redução das próprias emissões"<sup>84</sup>.

## A ONU é contra

O Protocolo de Quioto das Nações Unidas, de novembro de 2000, propõe o plantio de árvores como uma boa solução para a redução do carbono na atmosfera (inicialmente não propuseram, depois mudaram de ideia). A

avaliação foi negativa quando a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em 2011, avaliou o projeto de plantio de eucaliptos da Vale Florestar no Brasil. Eles relatam que os projetos ocorreram em áreas dedicadas ao reflorestamento, e que Vale Florestar foram incertos sobre a tradição de plantações na área e que eles não têm planos para lidar com impactos negativos sobre o meio ambiente e os seres humanos. Além disso, a Vale não justifica por que eles escolhem o eucalipto em vez de, por exemplo, pinos, quando a árvore de coníferas tem uma maior absorção de carbono.

Por último, mas não menos importante, a Vale não tem conhecimento das consequências potencialmente negativas de monoculturas de eucalipto em larga escala. A Vale não sabe se o efeito do armazenamento de CO2 valerá o risco ambiental<sup>84</sup>. A empresa brasileira Plantar se vê como pioneira no plantio de árvores para armazenar CO2 e plantou 23 mil hectares de eucalipto no estado de Minas Gerais. Eles dizem que as plantações terão absorvido 13 milhões de toneladas de CO2 em 21 anos. A chamada ação climática proporcionará 65 milhões de dólares americanos<sup>85</sup>. O problema é que as árvores são cortadas e queimadas como carvão dentro de alguns anos e o gás CO2 é enviado de volta para a atmosfera. Por último, o único beneficiado pela iniciativa, é a própria empresa. É uma mentira dizer que as plantações de eucalipto podem ser consideradas como medidas climáticas.

<sup>84</sup> World Rainforest Movement, «Sinks that stink».

<sup>85</sup> Abhirup, «Vale Florestar. Reforestation of degraded tropical land in Brazilian Amazon»

<sup>86</sup> Ibid.



# A Fibria no Espírito Santo, e as violações da Convenção 169 da OIT

A Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Convenção 169, entrou em vigor em 1991 e foi ratificada pelo Brasil em 2002. Esta Convenção protege os direitos dos povos tradicionais e indígenas, no Brasil existem pelo menos 3.000 comunidades quilombolas<sup>87</sup> e Cerca de 240 povos indígenas<sup>88</sup>. Mas apesar das garantias desta Convenção e da Constituição, a história da empresa de plantio de eucaliptos Fibria<sup>89</sup> no Norte do Espírito Santo é uma das violações de direitos.

A Convenção 169 garante dois importantes direitos dos quilombolas e dos povos indígenas no Brasil: seu direito ao consentimento livre, prévio e informado, intimamente relacionado ao direito à autodeterminação; e também seu direito à terra ou território, garantindo seu controle sobre os territórios que tradicionalmente ocupam.

A partir de 1967 e durante a década de 1970, com o objetivo de estabelecer grandes plantações de eucalipto, a Fibria invadiu primeiro o território pertencente aos indígenas Tupinikim e Guarani no município de Aracruz e, posteriormente, o território pertencente às comunidades quilombolas nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. As comunidades não foram consultadas se queriam

<sup>87</sup> Quilombolas são descendentes de africanos que durante a colônia foram violentamente enviados ao Brasil para realizar trabalho escravo em plantações de monoculturas. Resistindo a esta grave violação de sua dignidade humana, criaram diferentes comunidades autônomas e livres em áreas muitas vezes ricas em florestas. Essas comunidades eram chamadas de 'quilombos'. Somente em 1988, um processo começou a reparar alguma das graves violações de direitos humanos que essa população tradicional sofreu durante o colonialismo no Brasil, quando as comunidades quilombolas obtiveram os direitos sobre as terras tradicionalmente ocupadas reconhecidas na Constituição brasileira. Este direito constitucional foi implementado com o Decreto 4.887 / 2003. <sup>88</sup> povos indígenas no Brasil têm direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, estabelecidas na Constituição de 1988, enquanto as constituições ainda anteriores já fazem referência a esses direitos. <sup>89</sup> A Fibria no Espírito Santo recebeu o nome de Aracruz Celulose até 2009. Nesse ano, o nome da empresa mudou para a Fibria, em decorrência da fusão entre a Aracruz Celulose e a Votorantim. A mudança de nomes é uma prática comum das empresas, a fim de dissociá-las de uma imagem negativa da empresa que assumiu. No entanto, em nossa compreensão, a Fibria continua responsável pelas ações da Aracruz no passado, especialmente aquelas com implicações no presente, por exemplo, sobre a vida das comunidades diretamente afetadas por suas atividades, como as comunidades quilombolas, lutando por seus direitos à terra No Norte do Espírito Santo <sup>90</sup> Aracruz Credo: 40 anos de violações e resistência no ES (40 years of violations and resistance in Espírito Santo), 2011: [https://www.scribd.com/fullscreen/47770986?access\\_key=key-1c7hnrts28u4o27f19l](https://www.scribd.com/fullscreen/47770986?access_key=key-1c7hnrts28u4o27f19l) <sup>91</sup> [http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_geral/mpf-mantem-liminar-que-suspende-financiamentos-do-bndes-a-fibria-celulose](http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/mpf-mantem-liminar-que-suspende-financiamentos-do-bndes-a-fibria-celulose)

essas plantações em suas terras, que também

destruíam florestas, esgotaram rios e nascentes e interromperam seu modo de vida. Pelo contrário, com o apoio da antiga ditadura militar brasileira (1964-1985), o projeto da Fibria expulsou violentamente Tupinikims, Guaranis e Quilombolas de suas terras a partir de 1967. No final da década de 1970, apenas 3 das 37 aldeias indígenas e 35 das 100 comunidades quilombolas haviam sido capazes de resistir a este processo de expropriação<sup>90</sup>.

Mas Fibria sempre fingiu que adquiriu legalmente as terras das comunidades indígenas e quilombolas. Sabendo que a maioria das pessoas nas comunidades eram posseiros - proprietários de terras sem títulos oficiais de terras - a empresa forjou nos títulos das terras dos anos 1970 com (ex) empregados aparecendo como supostos camponeses e proprietários de terras. Eles foram então orientados pela empresa a transferir "suas terras" para a Fibria. Esta fraude foi finalmente conhecida e divulgada como resultado de uma investigação realizada por uma Comissão de Investigação Parlamentar em 2002, que incluiu a audição de vários dos (ex) empregados da empresa envolvida na fraude<sup>91</sup>.





Os Pataxós na aldeia Nova Esperança estão lutando pela demarcação dos seus territórios y pela expulsão do eucalipto das suas terras.

Em 2007, o governo brasileiro finalmente decidiu respeitar os direitos de terra dos Tupinikins e Guarani, demarcando 18 mil hectares. Embora tradicionalmente ocupassem cerca de 30 mil hectares antes de sua terra ter sido invadida pela Fibria, a demarcação de terras foi, no entanto, uma grande vitória para os povos indígenas e uma grande derrota para a empresa. Durante a última fase (2005-2007) desta luta, quando a Convenção 169 já estava em vigor, os povos indígenas sofreram graves violações de direitos, como uma campanha racista movida pela Fibria contra os Tupinikim, com a distribuição de uma brochura racista nas escolas públicas no Espírito Santo.

A brochura levantou suspeitas sobre sua identidade indígena e assim reforçou preconceitos existentes e incitou a população contra os Tupinikins<sup>92</sup>. Outra violação grave dos direitos foi uma ação da polícia federal em janeiro de 2006 que expulsou os Tupinikins e Guarani das aldeias de Olho d'Água e Corrego d'Ouro resultando em 13 líderes indígenas feridos. A ação da polícia contou com o apoio logístico total da empresa, por exemplo escavadeiras da empresa destruíram os campos e casas das aldeias indígenas, incluindo uma casa de reza. A empresa nunca foi punida por essas violações<sup>93</sup>.

Quanto às 35 comunidades quilombolas no extremo norte, várias ainda estão na luta contra a Fibria para recuperar suas terras. Desde 2003, pelo menos cinco comunidades apresentaram demanda de demarcação de terras na agência nacional de reforma agrária (INCRA). O INCRA abriu os procedimentos e publicou Relatórios de Identificação de Terras, mas nenhum território quilombola dentro de áreas invadidas pela Fibria no passado foi demarcado ainda. Isso se deve principalmente à pressão política exercida pelo lobby do agronegócio brasileiro, incluindo o negócio de plantações de árvores, para evitar a demarcação de qualquer território quilombola no Brasil e para fazer retroceder os avanços legais<sup>94</sup>.

Enquanto isso, continuam as violações de direitos das comunidades quilombolas tais como a violação dos seus direitos sobre a terra, e a perseguição de membros da comunidade; ser preso e perseguido pelo "crime" de extração e venda de lenha dentro de seu próprio território. Um extenso relato sobre as violações dos direitos humanos sofridas por essas comunidades, investigando a violação dos direitos fundiários e a situação de cerca de 60 quilombolas perseguidos, foi publicado em 2010<sup>95</sup> pelo Movimento dos Direitos Humanos no Espírito Santo. Mas desde então pouco mudou, as terras não foram demarca-

<sup>92</sup> Aracruz Credo: 40 anos de violações e resistência no ES (40 years of violations and resistance in Espírito Santo), 2011: [https://www.scribd.com/fullscreen/47770986?access\\_key=key-1c7hnrts28u4o27f19l](https://www.scribd.com/fullscreen/47770986?access_key=key-1c7hnrts28u4o27f19l)

<sup>93</sup> *ibid* <sup>94</sup> <http://www.redd-monitor.org/2015/07/15/nao-a-pec-215-proposed-change-to-brazils-constitution-would-leave-indigenous-peoples-in-the-hands-of-the-multinational-corporations/> <sup>95</sup> Barcellos, Gilsa Helena (Coord.): Estudo e Relatório de Impactos em Direitos Humanos de Grandes Projetos (EIDH/RIDH): o caso do monocultivo de eucalipto em larga escala no norte do Espírito Santo, 2010. [http://5c912a4babb9d3d7cce1-6e2107136992060ccf-d52e87c213fd32.r10.cf5.rackcdn.com/wp-content/files/estudo\\_DDHH\\_e\\_mocoultura\\_eucalipto\\_norte\\_es.pdf](http://5c912a4babb9d3d7cce1-6e2107136992060ccf-d52e87c213fd32.r10.cf5.rackcdn.com/wp-content/files/estudo_DDHH_e_mocoultura_eucalipto_norte_es.pdf)

das e as violações pela Fibria continuam acontecendo<sup>96</sup>.

Mas as comunidades continuam a luta. Em vários locais do seu território, terras com áreas de plantio de eucalipto da Fibria foram ocupadas e as comunidades substituíram o eucalipto por agricultura subsistência<sup>97</sup>. Eles têm o apoio de grupos da sociedade civil e até de autoridades. O Ministério Público Federal (MPF) em São Mateus teve sucesso em 2014 para manter uma decisão judicial<sup>98</sup>, com base em um processo que ele próprio havia apresentado anteriormente, e que exige a suspensão de financiamento para a Fibria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para plantações de eucaliptos dentro de territórios quilombolas que foram expropriados fraudulentamente no passado. De acordo com o MPF, essas terras devem retornar aos seus legítimos proprietários: às

<sup>96</sup> <http://seculodiario.com.br/24406/10/decisao-da-justica-sobre-quilombolas-presos-pode-sair-ate-2> <sup>97</sup> <http://seculodiario.com.br/27714/10/acoes-em-linharinho-pretendem-fortalecer-luta-quilombola-por-retomada-de-terras> <sup>98</sup> [http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_geral/mpf-mantem-liminar-que-suspende-financiamientos-do-bndes-a-fibria-celulose](http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/mpf-mantem-liminar-que-suspende-financiamientos-do-bndes-a-fibria-celulose)

comunidades quilombolas.

Por enquanto, prevalece no Espírito Santo o interesse próprio e o poder econômico e político da Fibria e de seu pequeno grupo de acionistas e investidores que fazem grandes lucros com o negócio de plantações de eucalipto. Eles violam constantemente o direito das comunidades quilombolas à autodeterminação, plenamente garantido pela Convenção 169. Embora as comunidades quilombolas tenham resistido até agora e continuem definitivamente a fazê-lo, é extremamente importante que seus gritos de justiça sejam ouvidos em todo o mundo e seus direitos finalmente prevaleçam.



**Winnie Overbeek**

Coordenador internacional no Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

## O leste e o sul da África: ameaças aos povos e suas lutas de resistência

# Green Resources Moçambique

## - Mais Promessas Falsas!<sup>99</sup>

A Green Resources Moçambique é uma empresa de plantações de monoculturas, parte da Green Resources, SA. (GR). Estabelecida em 1995, a Green Resources SA, uma empresa de capitais majoritariamente noruegueses, com mais de 80 acionistas, é considerada a maior empresa de plantações de monoculturas em África (excluindo a África do Sul). Está presente em 3 países africanos (Moçambique, Tanzânia e Uganda) com 10 plantações,

nomeadamente Bukaleba e Kachung (Uganda); Lindi, Idete e Mnyera (Tanzânia); Niassa Green Resources, Chikweti, Lúrio Green Resources, Tectona e Ntacia (Moçambique).

Segundo a Green Resources Moçambique (GRM) os objectivos que orientam as suas plantações de monoculturas são: i) estabelecer e gerir de forma sustentável as plantações florestais comerciais, a fim de gerar produtos florestais para uso doméstico e de exportação

<sup>99</sup> O seguinte artigo foi divulgado no boletim do WRM, edição 235, publicado em janeiro de 2018



(produção de energia, painéis de partículas e polpa; madeira serrada e postes de transmissão); ii) sequestro de carbono; iii) conservação das florestas naturais e biodiversidade; iv) desenvolvimento económico e social das áreas e comunidades abrangidas. A realidade no terreno mostra o contrário: inúmeros conflitos de terra, usurpação de terra comunitária que era utilizada na maioria dos casos para produção de alimentos, estabelecimento de plantações junto a rios e fontes de água, junto a estradas e habitações e em áreas de floresta nativa, entre várias outras questões.

As situações de conflitos entre comunidades locais e a Green Resources não ocorrem somente em Moçambique, vários são os estudos que apontam sérios conflitos de terra entre a empresa e as comunidades locais, tanto em Moçambique como em Uganda e Tanzânia. Por exemplo, a “National Association of Professional Environmentalists (Amigos da Terra-Uganda)” levou a cabo um estudo em 2012 onde apresenta o cenário geral dos conflitos entre a empresa e comunidades locais. O estudo refere que a Green Resources em Uganda, através da sua sucursal “Busoga Forestry Co Ltd”, usurpou cerca de 8.000 a 10.000 hectares da floresta nativa em Bukalega para converter em plantações de pinheiro e eucalipto. Cerca de 8.000 pessoas de 13 aldeias da mesma região foram expulsas de suas terras alegadamente porque teriam ocupado ilegalmente a região durante a agitação política de 1975-1985<sup>100</sup>.

Na Tanzânia, um relatório publicado pela TimberWatch em 2011 apontou os seguintes impactos em plantações da Green Resources: “[T]erra perdida por comunidades desterritorializadas, péssimas condições de trabalho, destruição da biodiversidade de que comunidades dependem para alimentação, combustível e medicamentos; redução da disponibilidade de água, assim como muitos efeitos diretos e indiretos que impactam nega-

tivamente o modo de vida das comunidades afectadas”.<sup>101</sup>

### **Lutas contra a Green Resources em Moçambique**

A Justiça Ambiental, Livaningo e a União Nacional de Camponeses (organizações moçambicanas da sociedade civil) lançaram em Setembro de 2016 um estudo “O Avanço das Plantações Florestais sobre os Territórios dos Camponeses no Corredor de Nacala: o caso da Green Resources Moçambique”<sup>102</sup>. No âmbito desta iniciativa as três organizações produziram ainda um breve documentário que ilustra a situação das comunidades afectadas pelos conflitos de terra com a Green Resources Moçambique<sup>103</sup>. Adicionalmente foi elaborada uma petição em parceria com a World Rainforest Movement, que contou com 12.332 assinaturas de singulares e de organizações nacionais e estrangeiras e foi submetida às empresas Green Resources na Noruega, Portucel/The Navigator Company em Portugal, bem como às instituições governamentais moçambicanas nomeadamente o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural e Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. A petição traz como principal demanda que as empresas Green Resources e Portucel, e todas as demais empresas que pretendem obter grandes extensões de terra fértil para monoculturas de árvores no leste e no sul de África, devolvam a terra às comunidades locais, de modo a resolver os atuais conflitos de terra e impedir novos conflitos. Na petição exigimos que o Governo de Moçambique assegure que a Lei de Terras é de facto cumprida e garanta que os direitos das comunidades à terra, água e alimentos sejam devidamente respeitados.

Até ao momento não recebemos qualquer resposta formal à nossa petição. Tivemos recentemente conhecimento que a Green Resources respondeu à nossa petição através da sua página na internet<sup>104</sup>. Como se poderá verifi-

car, esta resposta pouco ou nada trás de novo, no entanto, apresenta um dado bastante interessante. Um dos argumentos para o estabelecimento de plantações de monoculturas tem sido o uso de terras degradadas e marginais, que sabemos não corresponder à realidade e nesta resposta a Green Resources confirma que precisa de terras férteis para as suas plantações... e nós precisamos de produzir comida meus senhores!

Desde o lançamento público do estudo em 2016, as referidas organizações tiveram dois encontros com a Green Resources Moçambique, mediados pela Embaixada da Noruega, que em nada contribuíram para a resolução dos conflitos. Nestes encontros o estudo foi severamente criticado, tanto pela empresa como pelos representantes da Embaixada de quem se esperava uma pos-tura imparcial, no entanto nenhum foi capaz de justificar ou fundamentar as críticas apresentadas, as razões de tanta indignação! Importa reconhecer que a empresa referiu nos dois encontros estar aberta a discutir as questões apresentadas no estudo, no entanto, nos dois encontros isso não aconteceu. A Green Resources Moçambique foi consultada na elaboração do estudo, limitou-se a refutar qualquer informação de conflitos ou má conduta da empresa sem fundamentar ou apresentar a documentação que poderia esclarecer algum equívoco e não o fez. Os consultores a cargo do estudo solicitaram uma série de documentos à empresa, tais como actas de consultas comunitárias, processos de aquisição do Direito do Uso e Aproveitamento da Terra (DUATs) e, apesar da empresa referir inúmeras vezes que tem registo de tudo e tudo foi feito de acordo com a Lei nacional, não tivemos acesso aos documentos solicitados e fomos aconselhados a solicitar os mesmos ao governo.

Esta estratégia tem sido bastante utilizada pelas empresas: afirmar que não tem responsabilidade de fornecer esta informação e que os interessados deverão solicitar ao governo pois este sim tem a responsabilidade de assegurar o acesso à informação. No entanto, e apesar dos inúmeros pedidos e nenhuma recusa oficial ainda não tivemos acesso aos mesmos.

<sup>105</sup> Lurio Green Resources SA. License Code: FSC- C110223. Veja: <https://info.fsc.org/details.php?id=a024000008hYgcAAE&type=certificate#result>

### **Confrontando financiadores na Noruega e na Suécia**

As situações de conflitos de terra, queixas referentes ao processo de compensações e a insatisfação das comunidades afectadas na sua maioria permanecem por resolver e dada a difícil comunicação e acesso a informação as organizações decidiram levar a questão para apresentação e discussão na Noruega, país de origem da empresa, e Suécia, pela relação com a empresa de plantações de monoculturas Chikweti, adquirida pela Green Resources.

Foi neste âmbito que uma delegação composta por representantes da Justiça Ambiental (JA!), Livaningo, União Nacional de Camponeses (UNAC), União Provincial de Camponeses de Niassa (UPC Niassa), e representantes das Comunidades de Meparara, Namacuco e Lanxeque, distrito de Ribaué, província de Nampula, estiveram na Noruega de 26 a 29 de Setembro de 2017, onde tiveram encontros com a Norfund (The Norwegian Investment Fund for Developing Countries), Norad (Norwegian Agency for Development Cooperation), membros do parlamento Norueguês e diversas organizações da sociedade civil. Nestes encontros a delegação apresentou as principais constatações do estudo e foram discutidos os conflitos com as comunidades locais e de que modo estes actores poderão intervir na resolução dos mesmos, sem no entanto esquecer os interesses económicos que estes países têm neste tipo de investimentos.

No encontro com a Norfund, um dos financiadores da Green Resources Moçambique, tivemos conhecimento de que a certificação FSC para as plantações na Província de Nampula está suspensa. A certificação FSC de que a Green Resources Moçambique se gaba sempre que é confrontada com os inúmeros problemas nas comunidades foi na verdade suspensa desde Maio de 2016, devido a inúmeros problemas detectados<sup>105</sup>.

Os representantes da Norfund mostraram-se bastante preocupados com os resultados do estudo e acima de tudo com os testemunhos dos representantes das comunidades, mas a situação não era nova, tinham conhecimento

<sup>100</sup> National Association of Professional Environmentalists – NAPE (FoE Uganda), A Study on Land Grabbing Cases in Ugnada, 2012, [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Full\\_Report\\_3823.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Full_Report_3823.pdf) <sup>101</sup> Timberwatch Coalition, CDM Carbon Sink Tree Plantations. A case study in Tanzania, 2011, <http://globaljusticeecology.org/files/CDM%20plantations%20report.pdf> <sup>102</sup> Justiça Ambiental, Livaningo e a União Nacional de Camponeses, “O Avanço das Plantações Florestais sobre os Territórios dos Camponeses no Corredor de Nacala: o caso da Green Resources Moçambique”, 2016, [https://issuu.com/justicaambiental/docs/o\\_caso\\_da\\_green\\_resources\\_moc\\_\\_ambi](https://issuu.com/justicaambiental/docs/o_caso_da_green_resources_moc__ambi) <sup>103</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=jPU9ydb4b2U> <sup>104</sup> Resposta disponível em <http://www.greenresources.no/News/ID/60/Green-Resources-GR-Responds-to-Open-Letter-Calling-for-an-end-to-the-expansion-of-forest-plantation-activities>



das questões. É importante salientar que a preocupação da Norfund não se prende necessariamente com a situação de conflitos com as comunidades locais, mas sim com a dimensão do valor investido na Green Resources e com a necessidade de retorno desse valor, as razões parecem ser puramente de interesse económico e há muito interesse em assegurar que a empresa recupere. A Norfund parece acreditar que as plantações de monoculturas trazem o tão publicitado “desenvolvimento” e acreditam ainda que ao financiar este tipo de investimento em países pobres estão de facto a apoiar no desenvolvimento desse país, como acreditam ser o caso em Moçambique. Facto curioso é terem ainda referido que já receberam inúmeros relatórios a relatar conflitos e problemas com a Green Resources, tanto de Moçambique como das plantações no Uganda e na Tanzânia.

É lamentável a falta de transparência da Green Resources Moçambique, que tem mencionado a certificação FSC em todos os momentos em que é confrontada mas em nenhum momento referiu que esta foi suspensa no ano passado.

A certificação FSC é utilizada pelas empresas como selo de qualidade, pretendendo assegurar ao consumidor que a madeira que adquire é proveniente de florestas exploradas de forma socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente adequada, no entanto, a credibilidade deste processo tem sido largamente questionada devido a vários casos em que são reportados conflitos graves com comunidades locais e questões ambientais sérias enquanto as empresas mantêm a certificação. Outro aspecto que contribuiu bastante para a perda de credibilidade da certificação FSC foi a inclusão de plantações de monoculturas no processo de certificação apesar da imensa oposição que este tipo de projecto tem recebido devido aos impactos negativos que causam.

A delegação teve ainda um encontro com um representante do Green Resources na Noruega, que julgava que o processo de compensações e de aquisição de terra tinha sido um sucesso. Apresentamos as questões mais urgentes e ficou claro que não partilhámos da mesma opinião sobre a forma como tem sido conduzidos os processos ao nível das comunidades locais, pois segundo o mesmo tudo foi feito de acordo com a Lei e todas as compen-

sações foram devidamente calculadas, negociadas e pagas. Claramente não dispomos da mesma informação, entregamos cópias das fichas de pagamento de compensações para que visse os valores pagos, e cópias das fichas de recolha de informação sobre as áreas de machamba e o número de árvores e estes documentos não deixam dúvida de que há matéria para discussão e há várias situações que requerem solução urgente. Foi possível confirmar com o representante da Green Resources que a Lurio Green Resources tem a Certificação FSC suspensa, e é importante salientar que a Green Resources Moçambique referiu-se inúmeras vezes à certificação como prova de que todos os procedimentos tinham sido cumpridos e que tudo funcionava da melhor forma possível e em momento algum referiu que a mesma estava suspensa.

Uma outra questão que tem sido motivo de inúmeras discussões entre as comunidades locais e a empresa são as promessas que foram feitas durante as consultas comunitárias e que foram de facto a razão principal de muitos membros das comunidades terem aceito ceder as suas terras. No entanto a Green Resources tem se esquivado destas promessas alegando ter sido mal compreendida pelas comunidades, e que são infraestruturas sociais sob a responsabilidade do governo e não das empresas. Curiosamente no Relatório Público de Certificação Florestal Woodmark consta como uma das questões problemáticas identificadas e que requer atenção por parte da empresa *“Aquando das consultas das comunidades, comités e líderes foi repetidamente mencionado que a LGR [Lurio Green Resources] prometeu construções de infraestruturas sociais, incluindo escolas, furos de água e postos de saúde. Estas promessas ainda não foram cumpridas. Os gestores da empresa dizem que vão honrar os compromissos por fases e de acordo com as prioridades. Como evidência a empresa mostrou um contrato com a BJ Drilling, Lda, para abertura de 7 furos de água nos 3 distritos onde operam. LGR deverá assegurar que as expectativas da comunidade são geridas e que comunicam regularmente sobre o progresso e planos para cumprir os compromissos sociais.”*

Um outro dado novo para nós refere-se à actual situação financeira da empresa. Segundo infor-

mação confirmada na reunião com o representante da Green Resources na Noruega, a empresa está a atravessar sérias dificuldades financeiras, e esta é a razão principal para não ter ainda levado a cabo os projectos sociais, que incluem as inúmeras promessas que tem sido constantemente citadas e de certa forma contestadas pela Green Resources Moçambique, alegando se tratar de expectativas fora do controle da empresa e não de promessas como as várias comunidades consultadas afirmaram sempre.

Qual é a dimensão desta crise financeira da Green Resources em Moçambique? Qual é a estratégia da empresa para resolver a sua situação financeira sem prejudicar mais ainda as comunidades locais e como poderá ainda cumprir as suas obrigações com as comunidades afectadas neste cenário? Questionamos se existe uma estratégia de saída em caso de falência, e percebemos que em caso de falência tudo ficará nas mãos dos bancos... não há qualquer estratégia!

Em todos os encontros tidos tanto na Noruega e na Suécia ficou claro que embora posamos não concordar em tudo há espaço para discutir os conflitos entre a empresa e as comunidades afectadas e estes conflitos existem. Os mesmos resultam de processos mal conduzidos, da aplicação selectiva da lei e são agravados ao longo dos anos pela falta de sensibilidade, arrogância no tratamento dos mesmos, pela gritante desigualdade de poder entre os investidores e as comunidades locais nos processos de negociação e pela ganância por acumular mais e mais terra competindo directamente com a produção de alimentos num país em que se diz que a agricultura é a base do desenvolvimento, mas tem no entanto promovido cada vez mais investimentos que requerem largas extensões de terra e que tem afastado mais e mais camponeses das suas terras.

A luta continua!!!

Justica Ambiental, <http://ja.org.mz/en/>



**Winnie Overbeek**  
Coordenador internacional no  
Movimento Mundial pelas Florestas  
Tropicais



# A Noruega e o eucalipto

## Bens de consumo do eucalipto:

### O consumo do papel

Em 2013, os cidadãos da UE e da América do Norte, consumiram respectivamente, 156 e 221 kg de papel por pessoa<sup>106</sup>. Em comparação, os latino-americanos consumiram 47 kg. Com cada vez mais eletrônicos tanto nas escolas como nos locais de trabalho, poderia se pensar que o consumo de papel tivesse diminuído significativamente. Mas a nível mundial, o consumo de papel permaneceu bastante estável<sup>107</sup>. Em uma sociedade, como a Noruega, de uso-e-lixo, devemos exigir conhecer a origem e o conteúdo de tudo o que consumimos, não apenas o que comemos. O nosso enorme consumo de papel deve diminuir, independentemente do que ele é feito.

### Poder do consumidor

Cada vez que você coloca um produto no carrinho de compras, você incrementa a popularidade do produto e ajuda a aumentar a demanda do mesmo. Cada compra é um voto, e na loja você pode votar com muito mais frequência do que o voto nas eleições oficiais a cada quatro anos. Nós temos visto campanhas e mobilizações para boicotar certos produtos, exigindo dos fabricantes novos padrões de produção. Alguns produtos conhecidos na Noruega como os chocolates Kvikk Lunsj, Smash e Nugatti já não contêm o óleo de palma (palma africana) e o uso de narasina (agente anti-bacteriano e coccidiostático, que pode levar ao desenvolvimento de bactérias resistentes a medicamentos antibióticos) na criação de frangos, tem diminuído.

### Pouca transparência

É difícil determinar quais produtos contêm celulose de eucalipto. Os produtos de papel

não são obrigados a fornecer uma lista de ingredientes, tais como produtos alimentícios. Há pouca transparência das empresas sobre a origem do seu papel e produtos derivados. As empresas que acompanhamos têm poucos produtos próprios. Eles vendem a polpa da celulose para outros fabricantes, que por sua vez, fazem os produtos vendidos na loja. Tentamos contatar diferentes fabricantes, fornecedores, escritórios de vendas e serviços de assistência ao consumidor, mas estes não sabiam informar a origem dos seus produtos de papel, e seus ingredientes, ou possivelmente não estão dispostos a divulgar esta informação.

### Tipos de produtos

Não temos informações sobre exatamente quais produtos contêm papel de eucalipto nas prateleiras das lojas norueguesas. Em contrapartida, a Fibria em um de seus relatórios, informa os tipos de produtos que contêm celulose da empresa, 51% da polpa da Fibria se transforma em papel higiênico, guardanapos, lenços e toalhas de papel; 31% vai para papéis para impressão, cadernos, envelopes, revistas, publicidade e escritório; 18% vai para um papel um pouco mais fino, usado para decoração, além de embalagens, recibos e papel fotográfico<sup>108</sup>.

### Produtos de celulose de eucalipto

Segundo o Processo de Articulação e Diálogo, uma rede de organizações que trabalha com o desenvolvimento e os direitos humanos, as empresas Kimberly-Clark, Proctor & Gamble

e Fe-lix Schoeller usam celulose da Fibria. A empresa alemã Felix Schoeller utiliza celulose do Brasil para criar o papel fotográfico para várias empresas, incluindo a Kodak. O relatório também afirma que a finlandesa MetsäBoard, a empresa por trás do papel higiênico Lambi, muito popular na Noruega, utiliza celulose do Brasil, mas não está claro em quais produtos<sup>109</sup>. A Proctor & Gamble está por trás da marca Always, dos absorventes íntimos Tampax e das fraldas Pampers. Não sabemos se esses três produtos contêm celulose de eucalipto. A Aracruz, a antecessora da Fibria,

fornecia celulose de eucalipto para a empresa British American Tobacco Company<sup>110</sup>. Esta empresa vende os cigarros Lucky Strike e Kent em lojas norueguesas. A British American Tobacco Company não revelou os seus fornecedores, então é incerto se a Fibria ainda é a fornecedora para a fabricante de cigarros depois de que Erling Lorentzen vendeu suas ações. A fabricante irlandesa Smurfit Kappa utiliza celulose do eucalipto em uma variedade de produtos<sup>111</sup>. O Fundo do Petróleo da Noruega, tinha no final de 2015 uma participação de 9,2% na empresa Smurfit Kappa<sup>112</sup>.

<sup>109</sup> Silvestre & Rodriguez, Eucalyptus/Aracruz Celulose and human rights violations, p. 11.

<sup>110</sup> Conversa pessoal com Erling Lorentzen. <sup>111</sup> Smurfit Kappa, «Paper». <sup>112</sup> Norges Bank Investment Management, Årsrapport/2015, p. 35.

## Sugestões para o consumidor na Noruega

### Sobre investimentos noruegueses

- ▶ Apoie a petição para a exclusão dos investimentos do Fundo de Petróleo nas empresas de eucalipto.
- ▶ Participe no debate sobre como investir o nosso dinheiro, e ainda mais importante - o debate sobre o petróleo na Noruega
- ▶ Organize-se na organização LAG Noruga ou em alguma outra organização, movimento, sindicato ou coletivo que trabalhe para um mundo mais justo.

### Sobre os produtos

- ▶ Escolha produtos que não contêm eucalipto.
- ▶ Exigir informações sobre o conteúdo e origem de todos os produtos.
- ▶ Seja mais consciente na escolha de produtos de celulose.
- ▶ Comprar produtos feitos a partir de madeira norueguesa ou reciclada.

<sup>106</sup> SkogsIndustrierna, «Per capita paper consumption». <sup>107</sup> Statista, «Consumption of paper and cardboard world-wide from 2006 to 2012». <sup>108</sup> Fibria, A new look to the future, p. 59.



# O papel do governo e do Fundo do Petróleo

Na década de 1960, começou o que se tornaria a aventura do petróleo da Noruega. Alguns dos maiores campos de petróleo já encontrados no mar, estão no Mar do Norte. O governo proclamou a soberania sobre a plataforma continental norueguesa e reafirmou o seu direito de emitir licenças para exploração e extração de petróleo. Nenhuma empresa multinacional e estrangeira poderia explorar os recursos naturais da Noruega sem uma licença. Com isso, a Noruega preservou a soberania sobre o petróleo e deu a garantia de que ele ia ser um benefício para toda a população<sup>113</sup>. Houve na época um amplo consenso na Noruega de que esta seria uma boa maneira de gerenciar esta riqueza, mas além de gerenciar riqueza o estado esta fundado a destruição ambiental e social. Esta política é frequentemente apontada como um bom exemplo, muitas vezes em contraste com a forma com que outros países detentores de depósitos de petróleo, têm optado por gerenciar seus recursos. O estado de bem-estar e a infraestrutura do nosso país foram construídos, em parte, com o dinheiro obtido da exploração do petróleo.

## O Fundo Estatal de pensões (em norueguês: Statens pensjonsfond utland)

O Fundo do Petróleo, como também é chamado, é controlado pelo governo norueguês, administrado pelo Norges Bank (Banco Central Norueguês) e pertencente ao povo da Noruega. Também é chamado de «Oljefondet», Fundo de Petróleo. Foi criado em 1990 para acumular ganho no setor de petróleo - e

a fim de usá-los no orçamento do Estado. O principal objetivo do fundo é obter o melhor rendimento possível com o menor risco. Um princípio importante é a diretriz, regra do orçamento, que estabelece que um máximo de 4% dos rendimentos do fundo, deve ser alocado no orçamento anual do governo<sup>114</sup>. A regra tem como propósito diminuir a possibilidade do governo de gastar demais os recursos do fundo. O povo norueguês é o dono do fundo e ele pretende cuidar também dos interesses das futuras gerações. O fundo nacional, o Fundo de Pensões do Governo da Noruega, é gerido pelo Folketrygdfondet (Fundo de Seguridade Social)<sup>115</sup>. O Fundo de Investimento Global é gerido pelo Norges Bank Investment Management (NBIM), que faz parte do Banco Central da Noruega, em nome do Ministério das Finanças. O Ministério das Finanças é o proprietário formal do Fundo e o administra em nome da população norueguesa<sup>116</sup>.

Quando o Fundo do Petróleo investe numa empresa, ele compra uma parte dela. Assim, nos tornamos co-proprietários, ganhamos dinheiro com o negócio que a empresa opera e podemos votar nas assembleias gerais. Se nós investimos em uma mina de ouro, então a renda da mina de ouro ajudará a pagar a nossa educação, a fatura do hospital e a pensão. O Fundo do Petróleo investe exclusivamente em empresas estrangeiras. Isto é, porque a economia norueguesa é pequena demais para lidar com tal fortuna. O dinheiro vem da economia fora de equilíbrio. O Fundo do Petróleo é o maior fundo estatal do mundo e teve um valor

“O estado de bem-estar e a infraestrutura do nosso país foram construídos, em parte, com o dinheiro obtido da exploração do petróleo.”

<sup>113</sup> Regjeringen, «Norsk oljehistorie på 5 minutter». <sup>114</sup> Garvik, «Handlingsregelen». <sup>115</sup> Lei de Seguro é uma lei norueguesa que regula o Seguro Nacional (Folketrygden) - um sistema de seguro social nacional, que foi introduzido em 1 de Janeiro de 1967. A lei estabelece que a finalidade do Sistema Nacional de Segurança é fornecer segurança económica, ao garantir renda e compensar as despesas especiais durante o desemprego, a maternidade, os cuidados sozinho, de crianças, a doença e lesões, invalidez, velhice e morte. Decide ainda que a lei que do Seguro Nacional contribuirá para a equalização de rendimento e as condições de vida do ciclo do indivíduo e entre grupos de pessoas, e ajuda-os a ajudar a si próprios, com o objetivo de que o indivíduo seja capaz de se sustentar e defender a si próprio, o melhor possível todos os dias. <sup>116</sup> Norges Bank Investment Management, «Om oljefondet».

Ilustração: Filipe Fernandes



de mercado de mais de oito bilhões de coroas norueguesas (1000 milhões de USD) em abril de 2017. O fundo tem investimentos em mais de 9.000 empresas, além de títulos e imóveis em todo o mundo<sup>117</sup>.

## Investimentos em empresas de eucalipto

Uma série de grandes empresas têm investido na produção de plantações de eucalipto no Brasil. O Fundo do Petróleo tem participações nas empresas Suzano e Fibria e na joint venture Stora Enso. Da tabela, pode-se ver que o fundo de petróleo investiu diretamente, mais de 295 milhões na indústria através das empresas Suzano e Fibria e mais de quatro bilhões na Stora Enso<sup>118</sup>.

## Conselho de ética

O Fundo do Petróleo é considerado o fundo mais ético e transparente do mundo. É também o único fundo estatal com um órgão independente que assegura que todos os investimentos são eticamente adequados. Este organismo é chamado de Conselho de Ética e é composto por cinco pessoas. Além disso, eles têm um secretariado de sete pessoas. No total, eles devem assegurar que todos os 9.000 investimentos estejam alinhados com as diretrizes éticas do Fundo<sup>119</sup>. Se o Conselho de Ética considerar que uma empresa viola as diretrizes, eles propõem ao Banco Norueguês que os investimentos sejam retirados. A proposta é consultiva. Em vários casos em que o Fundo de Petróleo foi acusado de investir em em-

<sup>117</sup> Ibid. <sup>118</sup> Norges Bank Investment Management, «Beholdninger». <sup>119</sup> Council on Ethics, «Hjem». <sup>120</sup> Lovdata, «Retningslinjer for Statens pensjonsfond utland om observasjon og utelukkelse». <sup>121</sup> Ibid.

presas não éticas, o Banco Norueguês argumentou que, ao exercer a propriedade ativa através do diálogo e do voto nas assembleias gerais, pode influenciar positivamente as empresas. Portanto, uma recomendação de exclusão não significa necessariamente que o Fundo do Petróleo se retire das empresas que violam os

direitos humanos e prejudicam o meio ambiente. Uma empresa será primeiro considerada pelo Conselho de Ética quando o Fundo de Petróleo investe nela. O Conselho de Ética não tem, portanto, nenhuma influência sobre quais empresas o Fundo de Petróleo deve investir, mas pode propor que o Fundo de Petróleo se retire de uma empresa ou que a empresa seja observada. Em si, não é um objetivo vinculativo para o Governo norueguês que o Fundo Petrolífero seja utilizado como instrumento para criar condições mais pacíficas e melhores no mundo. Como mencionado acima, o principal objetivo do Fundo do Petróleo é fazer o máximo de dinheiro para a população norueguesa.

## Orientações éticas

O parlamento adotou leis que servem de orientação para os investimentos do fundo de petróleo. As leis foram alteradas pela última vez em fevereiro de 2016 em conexão com a decisão sobre a suspensão de investimentos em empresas com principal rendimento de carvão térmico<sup>120</sup>. As diretrizes para observação e exclusão do Fundo Petrolífero consistem em duas seções com critérios de exclusão de empresas. O parágrafo 2 define produtos nas quais não podemos obter um lucro através de investimentos, como tabaco, armas cluster e carvão térmico. O parágrafo 3 de-fine que comportamento o Fundo do Petróleo não pode contribuir com seus investimentos<sup>121</sup>.



## Parágrafo 3

- A) Violações graves ou sistemáticas dos direitos humanos, como assassinato, tortura, privação de liberdade, trabalho forçado, e as piores formas de trabalho infantil
- B) Violação grave dos direitos dos indivíduos em situações de guerra ou de conflito
- C) Grave dano ambiental
- D) Ações ou omissões que, inaceitavelmente, conduzem a emissões de gases com efeito de estufa a um nível agregado da empresa
- E) Corrupção grosseira
- F) outras violações graves especiais de normas éticas básicas
- G) outras violações graves especiais de normas éticas básicas

Uma elaboração do que se entende por - c) grave dano ambiental - pode ser encontrado na revisão anterior do Conselho de Ética das empresas. Na avaliação anterior da exclusão da empresa de azeite de palma africana PT Astra International Tbk, por grave dano ambiental, o Conselho de Ética enfatizou que:

- ▶ O dano é grande,
- ▶ O dano tem efeitos irreversíveis ou de longo prazo,
- ▶ O dano tem consequências negativas importantes para a vida e a saúde humanas,
- ▶ O dano é resultado de violação de leis nacionais ou normas internacionais,
- ▶ A empresa não agiu para evitar danos,
- ▶ A empresa tomou medidas para corrigir o prejuízo de forma adequada,
- ▶ É provável que a prática inaceitável da empresa continue.

Fonte: Conselho de Ética, "Recomendação sobre a exclusão da PT Astra International Tbk do Universo dos investimentos do Fundo estadual de pensões.



## Danos ambientais associados à conversão de florestas tropicais

A colheita comercial e a conversão de florestas tropicais em plantações de monoculturas em larga escala são consideradas uma das maiores ameaças à conservação dos ecossistemas e da biodiversidade. Isso também leva a emissões de gases de efeito estufa significativas. O desmatamento e deterioração da floresta contribuíram para cerca de 10% das emissões globais de gases de efeito estufa entre 2000 e 2009.

A conversão significa que a vegetação natural é removida antes que a área seja usada para plantar árvores em forma de monocultura para a produção de óleo de palma, madeira ou outras monoculturas. As plantações são monoculturas que têm valor ecológico limitado em comparação com as florestas naturais.

Tanto a ONU, o Banco Mundial e as autoridades nacionais em muitos países reconhecem a necessidade de reduzir o desmatamento e a deterioração das florestas tropicais, através da Iniciativa Colaborativa das Nações Unidas sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD e REDD +), apoiada pelo Banco Mundial e outros. O governo norueguês contribuiu com essas iniciativas ao alocar até 3 bilhões de coroas norueguesas por ano para reduzir o desmatamento nos países em desenvolvimento. Foi dada ênfase à necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, manter a biodiversidade e promover o desenvolvimento sustentável.

### O Fundo do Petróleo retira seus investimentos na Palma Azeiteira: um paralelo

Na recomendação do Conselho de Ética ao Ministério das Finanças em 2014 sobre a retirada da empresa TP Astra International e da PT Astra Agro Lestari, que possuem plantações de palma na Indonésia, o Conselho de Ética enfatiza que há grandes danos ambientais ligados à conversão da floresta tropical em plantações. Há muitas semelhanças entre plantações de eucalipto no Brasil e plantações de óleo de palma na Indonésia. Aqui está a recomendação do Conselho de Ética ao Ministério das Finanças sobre observação e exclusão da PT Astra International Tbk.<sup>95</sup>

<sup>95</sup> Conselho de Ética, "Recomendação sobre a exclusão da PT Astra International Tbk do Universo dos investimentos do Fundo estadual de pensões





# A contribuição a danos ambientais

O Fundo do Petróleo contribui para danos ambientais graves com seus investimentos no Brasil. As empresas de eucalipto no extremo sul foram um dos principais responsáveis do desmatamento da Mata Atlântica. A biodiversidade única é reduzida, e muitas espécies da lista vermelha estão em risco de erradicação. Quando o fundo de petróleo investe nas empresas de celulose Suzano, Fibria e Veracel, através da Stora Enso, contribui para danos ambientais muito graves. O dano é alto e envolve a degradação a longo prazo e irreversível do ecossistema na região. O desmatamento e a destruição de florestas tropicais são um problema global, um problema que a Noruega não deve aproveitar a profundidade com investimentos no sector do agronegócio.

Também vale a pena mencionar que o acesso limitado à água, mudanças locais no ciclo hidrológico, seca e incêndio têm impactos ambientais enormes. A grande proporção de pesticidas utilizados pelas empresas de eucalipto, poluindo o solo e a água, vai além da natureza e da saúde humana. A joint venture Veracel, de propriedade da Fibria e da Stora Enso, cometeu crimes ambientais em várias ocasiões. A empresa tem violado a legislação brasileira envenenando as águas subterrâneas e ao plantar e comprar eucalipto fora das áreas designadas, ou seja, perto de fontes de água e parques nacionais. Exigimos que o dinheiro do Fundo de Petróleo seja retirado das empresas de celulose Suzano, Fibria e Veracel através da Stora Enso, pois todas estão contribuindo para graves danos ambientais. O Fundo do Petróleo contribui para violações de direitos humanos e violam suas obrigações internacionais através de seus investimentos no Brasil.

## Noruega violando a lei no Brasil

Nas áreas onde as empresas têm suas plantações de eucalipto, existem dois povos indígenas diferentes, Pataxó e Tupinambá, além

de várias comunidades quilombolas. Estes grupos são protegidos pela Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e povos tribais em estados independentes que tanto a Noruega como o Brasil assinaram e ratificaram e, portanto, faz parte da legislação nacional nos dois países<sup>122</sup>. As empresas cultivam grandes monoculturas nas

áreas tradicionais desses povos. A indústria de eucalipto destrói a natureza em toda a área com seu enorme consumo de água, pesticidas e incêndios florestais. É quase impossível cultivar o solo, pescar na água e caçar na floresta. Trata-se de uma violação clara do direito dos povos indígenas de viver em sua terra tradicional e de usar os recursos naturais da área. As comunidades não foram consultadas antes que as empresas se estabelecessem nas áreas. Se perguntar essas comunidades se sabendo dos impactos tivessem sido consultados, sua resposta seria clara: a indústria de eucaliptos não é bem-vinda. Os investimentos do Fundo do Petróleo contribuem para uma violação grave e sistemática das normas internacionais e da legislação nacional. Assim, é inaceitável que a Noruega, que deseja posicionar-se como defensor dos direitos dos povos indígenas e a floresta, continua investindo nas empresas Fibria, Stora Enso e Suzano.

## As duas caras da Noruega

O relatório esclarece a dupla moral no elevado padrão ético da Noruega na gestão de recur-



sos naturais no país, e os investimentos em empresas não-éticas no exterior. As pessoas e o meio ambiente devem ter alta prioridade, independentemente de onde estão no globo. Obviamente, o Estado deve ter os mesmos padrões éticos para seus investimentos estrangeiros, que para o manejo de recursos naturais no território norueguês.

## O Fundo do Petróleo viola as suas próprias diretrizes éticas

Com este relatório, mostramos que os investimentos do Fundo do Petróleo na Suzano, na Fibria e na Stora Enso violam as diretrizes éticas do Fundo, de acordo com o parágrafo 3 c), de graves danos ambientais e a) violações graves ou sistemáticas dos direitos humanos. É provável que as práticas inaceitáveis das empresas continuem independentemente do Fundo do Petróleo fazer requisitos mais rigorosos, já que é a própria indústria que é prejudicial. Mas, exigimos que o Fundo do Petróleo se retire da Fibria, Suzano e Veracel através da Stora Enso. Como o maior fundo estatal do mundo, o Fundo do Petróleo tem uma responsabilidade ética especial. O Fundo do Petróleo tem um poder grande e a oportunidade de ir a frente como um exemplo. Em caso de exclusão das empresas de celulose Fibria, Suzano e

Veracel pela Stora Enso, o Fundo envia fortes sinais a outros investidores de que a indústria do eucalipto realiza atividades antiéticas e prejudiciais ao meio ambiente. A extração também é um sinal para o Brasil de que a legislação deve tornar-se mais rigorosa e reforçada.

## Direitos

É inaceitável que a Noruega invista grandes quantidades de dinheiro na Suzano, Fibria e Stora Enso, que contribuem para a violação sistemática dos direitos humanos. O eucalipto rouba a água das comunidades. Essas empresas violam o direito fundamental que

os seres humanos têm, além de causar doenças e prejudicar a saúde. Vale ressaltar que o Fundo do Petróleo tem como foco a gestão da água e exige que as empresas em que investe, compreendam as consequências ambientais e sociais de seus negócios. A Fibria, Suzano e Veracel administram ao contrário dos requisitos do Fundo de Petróleo. Com as plantações de celulose das empresas de eucalipto, o acesso aos alimentos é drasticamente reduzido. Os alimentos asseguram a saúde e os bons padrões de vida, e são considerados direitos humanos. A indústria de celulose no sul da Bahia priva assim a população de outro direito fundamental. É irreal que as empresas de eucalipto gerem desenvolvimento através da criação de empregos, o trabalho é realizado por poucas máquinas. O trabalho é um direito humano e a produção alimentar sustentável emprega muito mais do que uma agroindústria baseada em monocultivos. As pessoas do campo são empurradas para as cidades, perdendo assim o seu direito à livre escolha da profissão. A joint venture Veracel tem quebrado repetidamente a lei brasileira para o trabalho e os direitos à terra. Além disso, a empresa tem estado envolvida em casos de corrupção.

<sup>122</sup> Regjeringen, «ILO-konvensjon nr. 169 om urfolk og stammefolk i selvstendige stater».



# Epilogo

O relatório sobre o eucalipto escrito em norueguês, foi lançado na Noruega em 18 de abril de 2016 no Parkteatret. No lançamento apresentamos relatos da situação no extremo sul da Bahia, o conteúdo do relatório, além de um filme curta-metragem (<https://www.youtube.com/watch?v=QuUksdFDmHU>), com o objetivo de informar e iniciar um debate público sobre a produção do eucalipto. Mas além do eucalipto, nos aprofundamos no debate sobre os investimentos do Fundo do Petróleo da Noruega.

Nossa campanha está no site da LAG: <http://www.latin-amerikagruppene.no/folkeligdomstol/sak-1-oljefondets-invisteringer-i-euaklyptus-i-brasil>.

Convidamos as organizações Regnskogsfondet, Attac e Norsk Bonde- og Småbrukarlag (*Os Pequenos Agricultores da Noruega* é parte da Via Campesina) a participarem do lançamento. Todos expressaram sua preocupação com o modelo do agronegócio, e um questionamento sobre como Noruega pode gerar lucro investindo na destruição da terra, do meio ambiente, da vida dos povos indígenas e dos pequenos camponeses.

Duas semanas depois do lançamento do relatório, NRK ou Norsk Rikskringkasting, a empresa pública de televisão e rádio da Noruega, apresentou os resultados do relatório e a primeira ministra da Noruega, Erna Solberg, foi convidada a responder e justificar os investimentos nas três empresas do setor: Suzano, Veracel (Stora Enso) e Fibria no Brasil. Como é que a Noruega pode trabalhar para a conservação das florestas no Brasil (por exemplo através do Fundo Amazonas e REDD+) e a dar apoio econômico a organizações que trabalham com povos indígenas, e ao mesmo tempo lucrar com o agronegócio que ocupa os territórios demarcados, causa desmatamento e envenena a terra com agrotóxicos?

Uma série de artigos, em vários jornais e revistas, foi publicada e a brigada “Voz Alta” organizou apresentações em escolas públicas e para outras organizações sobre as consequên-

cias da monocultura eucalipto e “as duas faces” da Noruega.

Dois representantes da brigada encontraram com Erling Lorentzen, o fundador da empresa Aracruz Celulose. Contaram

das consequências do eucalipto no extremo sul da Bahia. Lorentzen vendeu a empresa Aracruz em 2008, mas é presidente e membro-fundador do Instituto BioAtlântica (IBIO) no Brasil, sendo assim, ainda participa do debate. Conseguimos conversar com Lorentzen, quem defende a produção de celuloses e as plantações de eucalipto. Queremos destacar que durante todo o processo de produção do relatório e do filme da campanha, nenhuma das empresas Suzano, Veracel ou Fibria respondeu à nossa solicitação a dar entrevista. Eles se negam categoricamente a falar com jornalistas ou organizações como a LAG.

## Conselho de Ética

Como a nossa campanha exige que a Noruega retire o investimento nas empresas citadas, tivemos que apresentar o relatório para o Conselho de Ética do Fundo do Petróleo. No dia 2 de novembro de 2016 fizemos uma reunião com o conselho.

Antes da reunião, foi enviado o relatório Impact of Restrictive Legislation and Popular Opposition Movements on Foreign Land Investments in Brazil - The Case of the Forestry and Pulp Paper Sector and Stora Enso de Debora Lerrer e John Wilkinson, escrito em 2013. O objetivo era mostrar outros exemplos de relatórios e documentação sobre a extensão do impacto.

O Conselho Ético segue diretrizes que afirmam que só os casos mais graves de crime ambiental e violações de direitos humanos levarão à retirada do investimento. Não é especificada as correlações que definem o que é grave e quais são os tipos de caso mais grave, nem é claro quem define isso. O Conselho de Ética não conseguiu responder a esses questionamentos.

Destacamos para o Conselho de Ética o princípio da precaução (é um princípio moral e político que determina que se uma ação pode originar um dano irreversível público ou ambiental, na ausência de consenso científico irrefutável, o ônus da prova encontra-se do

lado de quem pretende praticar o ato ou ação que pode vir a causar o dano), que, diferente dos acordos comerciais, se aplica nos acordos ambientais internacionais, incluindo a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica. Idealmente, o Conselho de Ética deve operar com base neste princípio, já que as provas dos danos raramente vêm antes de gerar lucros. O Conselho de Ética não concordou quando expressamos essa ideia, e explicou que as evidências de indiscutíveis danos graves são necessárias para que a exclusão seja considerada.

O Conselho de Ética também perguntou qual é o problema mais grave em nossa avaliação sobre a situação no extremo sul da Bahia. A resposta dada foi a exploração dos recursos naturais, da terra e a degradação ambiental, causando seca, a perda nutricional do solo, bem como o envenenamento da água, do solo e do ar, que destrói a base de vida das pessoas vivendo e cultivando na região.

O Conselho de Ética afirmou que na sua posição que ocupam, na maioria dos casos, há pouco que podem fazer. O Conselho de Ética sugeriu que a LAG entre em contato com organizações na Suécia ou na Finlândia para que elas tratem do caso diretamente com a empresa Stora Enso (o que foi feito por várias organizações nestes países).

O Conselho de Ética solicitou que fosse mantido informado caso acontecesse algo que pudesse afetar o caso. Isso significa, entre outras coisas, foros e eventos na Noruega e na Bahia, e outros relatórios ou documentos.

No entanto, confirmamos que o Conselho de Ética, depois de nossas reuniões com eles, solicitou informações de outras organizações no Brasil para verificar as informações contidas no relatório. Os processos do Conselho de Ética podem levar vários anos e não podem dar informação quando o processo já está iniciado.

Convidamos o Conselho de Ética para nosso Tribunal Popular em Oslo em março de 2017. Um representante do Conselho de Ética compareceu no evento, onde tiveram a oportunidade de ouvir testemunhos do Rodrigo Santana Pataxó e Ivonete Gonçalves do CEPEDES.

## Tribunal Popular - 11 de março 2017

O Tribunal Popular, *Folkedomstolen* em norueguês, foi um evento organizado pela LAG Noruega, principalmente pela brigada de solidariedade “Sem Fronteiras” que se estabeleceu na Guatemala durante um semestre em 2016. Ao voltar à Noruega, a brigada tomou a iniciativa de organizar um Tribunal Popular, inspirado em conceitos similares realizados na América Latina. O evento foi organizado junto à Ajuda Popular da Noruega (APN) e Nordic Black Theatre & Cafeteatret. O objetivo principal do evento era levar o estado norueguês a julgamento em um tribunal simbólico realizado com a participação popular.



No Tribunal Popular em Oslo foram apresentados dois casos, onde o capital norueguês participa na destruição ambiental e violação dos direitos humanos e os direitos dos povos indígenas a traves do fundo do petróleo norueguês e o fundo publico NORFUND. Os dois fundos são controlados pelo governo da Noruega, e seu mandato é decidido pelos políticos do parlamento. Estamos conscientes de que nos compete denunciar o que vemos como atos criminosos cometidos pelas instituições públicas da Noruega ao investir em projetos como a mineração, usinas hidrelétricas, e o banco Ficohsa (Honduras). Nosso objetivo foi questionar: quem é o criminoso? Quem é criminalizado hoje?

Veja abaixo a programação em Norueguês: <http://www.latinamerikagruppene.no/folkeligdomstol/program>

Folkedomstolen apresentou dois casos:



**1. Eucaliptos no Brasil.** O Fundo Estatal de Petróleo da Noruega, é um fundo público, um dos maiores do mundo, e investe em mais de 9.000 empresas a nível global. No Brasil, o fundo tem investimentos nas empresas: Suzano, Veracel e Fibria. Estas empresas são dedicadas a monocultura de eucalipto. O problema é semelhante à realidade da palma africana. Há escassez de água, uso de pesticidas e monopolização do território. Para entender as consequências dessas monoculturas, convidamos duas pessoas da região da Bahia, no Brasil:

Ivonete Gonçalves de Souza, do Centro de Pesquisa Sobre as Consequências do Eucalipto, CEPEDES e Rodrigo Santana Pataxó, representando a FIMPAT, Federação Indígena das Nações Pataxó e Tubinambá do extremo sul da Bahia, e MUPUIBA, Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas do Estado da Bahia.

**2. Honduras e o Fundo de investimento público, NORFUND.** O Norfund visa promover o desenvolvimento através de investimentos. O fundo firmou em 2012 um contrato de crédito com o banco Ficohsa de 72,7 milhões de coroas norueguesas. Um dos principais clientes do

Ficohsa em Honduras é a empresa Dinant, que está ligada a uma série de atos criminosos. Os fundos da instituição, são voltados para pequenas e médias empresas em Honduras. O relatório da pesquisa indica que NORFUND não tinha uma avaliação antes de investir o bando Ficohsa. O investimento é propício ao livre fluxo de capital Ficohsa Dinant, e à repressão de camponeses e indígenas em todo o país.

Os convidados a testemunhar no segundo caso foram: Victor Fernandez da Movimiento Amplio por la Dignidad y la Justicia, MADJ de Honduras e Berta Zuñiga Caceres do El Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras, COPINH. (filha da ativista Berta Caceres quem foi uma ativista ambiental hondurenha, líder indígena do seu povo e co-fundadora e coordenadora do Conselho de Populares e Organizações Indígenas de Honduras, COPINH. Ela ganhou o Prêmio Goldman de Meio Ambiente, em 2015, por “uma campanha que, com sucesso, pressionou o maior construtor de barragens a retirar a Barragens Agua Zarca do Rio Gualcarque. Ela foi assassinada em sua casa por homens armados, depois de anos de ameaças contra a sua vida).

## O Comitê Norueguês em Solidariedade com América Latina (LAG Noruega) e o projeto das Brigadas de Solidariedade

O Comitê Norueguês em Solidariedade com América Latina (LAG Noruega) é uma organização de solidariedade independente de partidos políticos que divulga informações sobre a América Latina lutando por um mundo e uma América Latina melhor, onde a soberania dos povos será o fundamento das sociedades. A organização tem sete grupos locais na Noruega, vários subgrupos e um comitê de mulheres.

LAG colabora com vários movimentos sociais na América Latina. Ao longo do projeto das brigadas de solidariedade, a LAG colabora com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, a organização indígena e de mulheres Conavigua na Guatemala, a organização indígena e camponesa Comitê de Unidad Campesina (CUC) na Guatemala e a rede de organizações camponesas na Colômbia, Coordinador Nacional Agrario de Colombia (CNA).

De seis em seis meses, o LAG envia uma brigada de jovens (entre 18 e 34) a um país da América Latina onde trabalhamos com os movimentos na formação política. Depois de terminar os trabalhos na América Latina, a brigada volta para Noruega para realizar um trabalho de divulgação de informação. Os intercâmbios também funcionam de outro modo através de representantes das organizações cooperativas que vêm para a Noruega.

Além disso, o LAG facilita o intercâmbio interno entre as várias organizações na América Latina.

No outono de 2015, o projeto da brigada de solidariedade foi para o Brasil para a região do extremo sul da Bahia. Foram os grupos locais do movimento MST que receberam a gente e foi através do trabalho com assentamentos e acampamentos que íamos conhecendo a problemática da ocupação das plantações de eucalipto. Além do MST, conhecemos a luta dos Pataxó e dos Tupinambás na região extremo sul e sul, e também quilombolas organizados.

A brigada leva o nome “Voz Alta”. O nome mostra solidariedade com as ações da Alta na década de 1970 e a luta pelos povos indígenas e o meio ambiente na Noruega. A luta contra uma grande barragem rompeu o silêncio sobre o modelo de desenvolvimento do governo atual, que não levava em conta os povos indígenas e a importância de proteger o meio ambiente. A brigada “Voz Alta” era de 12 pessoas, todos entre 19 e 28 anos. O que une uma brigada de solidariedade é o entendimento do que a luta se faz trabalhando e aprendendo a ouvir. O projeto é baseado no voluntariado e um dos resultados do trabalho da brigada “Voz Alta” do outono de 2015 é este relatório.



**Material para o tribunal popular:** Nosso objetivo foi questionar: “quem é o criminoso?”



**Latin-Amerikagruppene  
i Norge (LAG)**

Contato LAG: [info@latin-amerikagruppene.no](mailto:info@latin-amerikagruppene.no)  
[www.latin-amerikagruppene.no/portugues](http://www.latin-amerikagruppene.no/portugues)



